

PAULO JORGE MAGNO LEAL

TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS
PARA A ECONOMIA BAIANA (1970 - 1990).

SALVADOR
1994

PAULO JORGE MAGNO LEAL

TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS
PARA A ECONOMIA BAIANA (1970 - 1990).

Monografia como exigência
parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Ciên-
cias Econômicas pela Uni-
versidade Federal da Bahia.

ORIENTADOR :

Prof. Oswaldo F. Guerra

SALVADOR
1994

SUMARIO

1 - INTRODUÇÃO	5
2 - AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DOS ANOS 70: BREVE RETROSPECTIVA.	8
2.1 - O CIA	9
2.2 - O COPEC	10
3 - A EVOLUÇÃO ECONOMICA NA DÉCADA DE 80.	
3.1 - Indústria de transformação	20
3.1.1 - Química/petroquímica	23
3.1.2 - Metalúrgica	30
3.2 - Construção civil	35
3.3 - Arrecadação de ICMS industrial	39
3.4 - Agropecuária e arrecadação de ICMS	44
4 - PERSPECTIVAS EXPANSIVAS PARA OS ANOS 90.	
4.1 - Química/petroquímica	65
4.2 - Celulose	78
4.3 - Agroindústria	86
4.4 - Turismo	93
5 - CONCLUSÃO	101
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	104

Aos meus pais, Alberto Leal e Rosalva Leal, por possibilitarem-me transpor, não só este, mas outros obstáculos de igual grandeza.

Ao CENTRO DE ESTATISTICAS E INFORMAÇÕES (CEI), especificamente à Bibliotecária Graça e ao Economista Paulo H. Gonzalez, pela atenção dispensada.

E, especialmente, ao meu orientador, prof. Oswaldo Guerra, pela competência, dedicação, paciência e honestidade na condução desse trabalho, ensinando-me a dissertar de forma clara e objetiva.

1 - INTRODUÇÃO

Recentemente, artigos publicados em revistas e jornais (RODRIGUES, 1993, ORNELAS, 1994), têm debatido o crescimento da economia baiana e suas perspectivas para os anos 90. A Bahia, não satisfeita em ter ultrapassado Pernambuco no "ranking" nacional, em termos de participação no PIB brasileiro, pode, para alguns analistas (RODRIGUES, 1993), chegar em 1997 à frente do Rio Grande do Sul, tornando-se, portanto, o 4º estado brasileiro.

O que vem ocorrendo com a economia baiana nas últimas décadas, permitindo-lhe obter essas mudanças quantitativas no que diz respeito ao seu crescimento econômico? Quais as perspectivas de expansão para a mesma nos anos 90?

O objetivo principal dessa monografia será tentar dar resposta à essas duas questões, através: da análise das transformações ocorridas na base produtiva da economia baiana, sobretudo na primeira metade da década de 80, enfatizando, especialmente, o bom comportamento da indústria química/petroquímica; e das perspectivas de crescimento nos anos 90 dos seus principais segmentos de atividade econômica.

Tem-se assim, subjacente a esse último aspecto a seguinte questão: o setor químico/petroquímico e o surgimento de outros

vetores de expansão como a agroindústria, celulose e turismo, poderão proporcionar à economia baiana nos anos 90, o mesmo crescimento apresentado, principalmente na primeira metade da década de 80, e com isso, elevar a Bahia às primeiras posições em participação no PIB brasileiro?

Visando atingir seu objetivo, o presente trabalho contempla primeiramente, de forma breve, as transformações estruturais da economia baiana nos anos 70, abordando a implantação do CIA e do COPEC para a consolidação dessas transformações.

Em seguida, analisa-se a evolução econômica na década de 80, na qual a indústria de transformação teve participação decisiva através do desempenho expressivo dos segmentos químico/petroquímico e metalúrgico. Contempla-se também, o comportamento do setor da construção civil e a arrecadação de ICMS industrial. Finalizando o capítulo, aborda-se a performance da agropecuária e sua arrecadação de ICMS.

No quarto capítulo, são apresentadas as perspectivas expansivas para os anos 90, particularizando-se o segmento químico/petroquímico e outras atividades dinâmicas da economia baiana, tais como: agroindústria, celulose e turismo.

Por fim a monografia é concluída com sucintos comentários a respeito de cada capítulo do trabalho.

2 - AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DOS ANOS 70: BREVE RETROSPECTIVA.

A estrutura produtiva da economia baiana até o início dos anos 70 estava fundamentada no setor primário. Durante décadas, a dinâmica dessa economia foi comandada pelo bom desempenho do cacau, o principal produto agrícola do estado, que ao ter sua produção direcionada quase que exclusivamente para o mercado externo, era o grande gerador de divisas da economia.

Essas divisas eram basicamente alocadas no próprio setor cacauzeiro. Esse setor, por sua vez, devido às suas características estruturais (intensivo em mão-de-obra desqualificada e elaborador de produtos com baixo valor agregado), era incapaz de magnificar seu dinamismo para a economia baiana como um todo. A partir dos anos 70, com o avanço do processo de industrialização, que se iniciou nos anos 50, o estado da Bahia começa a mudar sua feição agro-exportadora.

A exemplo do ocorrido em outros estados, fora do eixo Centro-Sul, a Bahia procura inserir-se na matriz industrial brasileira através da "especialização regional" (CPE, 1990, p.10). Sua industrialização foi direcionada para o setor químico (especialmente a petroquímica) e metalúrgico. Isto se deveu a dois motivos:

a) o estado era, à época, o maior produtor de petróleo do país e já possuía uma Refinaria (Landulfo Alves). Tinha-se assim, uma justificativa técnica para a implantação do 2º polo petroquímico

brasileiro na Bahia; e b) existia nos primeiros anos da década de 70, uma carência na produção nacional de alguns insumos básicos demandados pela indústria de transformação do Centro-Sul. Aliado a este fato, o Governo Federal tinha como objetivo tentar diminuir os desequilíbrios regionais.

Em consequência, vários projetos são implantados, destacando-se os localizados no Centro Industrial de Aratu (C.I.A.) e no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Os capitais para esses empreendimentos foram atraídos através da concessão de um amplo conjunto de incentivos fiscais e financeiros, federais e estaduais, que garantiam vantagens comparativas ao estado da Bahia. O C.I.A. e o COPEC serão enfocados com mais detalhes a seguir.

2.1 - O C.I.A.

O Centro Industrial de Aratu foi constituído formalmente através do decreto 20.126, em 12 de janeiro de 1967. Localizado no município de Simões Filho, próximo a Salvador, o C.I.A. foi o primeiro parque fabril implantado no país com base num planejamento racional. Sua área de 436 Km² foi dividida em 2 zonas industriais: a Zona de Industrias Médias e Leves (ZMIL) e a Zona de Indústria Pesada (ZIP). Ele conta ainda com as zonas portuárias, de habitação e comércio, de transição e áreas verdes. Atualmente, o C.I.A. possui mais de 100 empresas produzindo ou fase de implantação e projeto, nos setores de

metalurgia, mecânica, calçados, têxtil, etc.

Além dos incentivos fiscais e financeiros oferecidos pela SUDENE e o Banco do Nordeste do Brasil na área federal, o Governo da Bahia concedeu às indústrias novas ou similares às novas, isenção parcial de 60% do ICM, sendo os recursos resultantes desse incentivo depositados no **DESENBANCO** às ordens do Conselho de Desenvolvimento Industrial, com prazo mínimo de 12 meses para liberação destinados a reaplicação, pela própria empresa, em projetos de ampliação e/ou modernização (CDI, 1979, p.29).

Em 1974, a arrecadação do ICM, na área de Aratu, foi 11% superior aos investimentos públicos realizados. O processo de industrialização, com seus efeitos multiplicadores, começava a impactar positivamente a economia baiana, processo esse que iria se aprofundar com a implantação do COPEC.

2.2 - O COPEC

O Complexo Petroquímico de Camaçari representou o empreendimento mais importante para a consolidação da estrutura industrial da Bahia durante o processo de transformação da sua base produtiva, que se acelerou na década de 70.

A vocação do estado para a indústria química foi explorada de modo a que se pudesse aproveitar as vantagens comparativas locais em segmentos ainda não preenchidos na matriz industrial brasileira. Como já mencionado, esses segmentos compreendem as

matérias-primas e os bens intermediários, demandados pelos setores produtores de bens de consumo final.

A decisão de se implantar o 2º pólo petroquímico brasileiro na Bahia, não foi fácil. Além da concorrência de alguns estados do Nordeste, havia um obstáculo ainda maior a ser superado: vencer a influência política dos que desejavam a duplicação do pólo petroquímico de São Paulo, e não a instalação de um novo complexo.

A Petroquímica União (P.Q.U.), produtora de petroquímicos básicos do pólo paulista, desejava ampliar sua capacidade de produção e argumentava que a Bahia não possuía condições econômicas para suportar um empreendimento de tal porte, além de estar distante dos principais centros consumidores dos produtos petroquímicos. Por outro lado, o Conselho de Desenvolvimento Industrial (C.D.I.) defendia a viabilidade da implantação de um 2º pólo petroquímico na Bahia. As principais justificativas apresentadas foram: redução das desigualdades interregionais de renda; desconcentração industrial; e disponibilidade de recursos naturais que o estado da Bahia oferecia para a implantação do pólo petroquímico. As matérias-primas estratégicas seriam fornecidas pela Refinaria Landolfo Alves - Mataripe (R.L.A.M.)¹. No que se refere a viabilização financeira, o COPEC contou com recursos públicos do BNDE e os incentivos fiscais da SUDENE. No âmbito estadual, foi concedida redução de 60% ICM, por 5 anos, para os investimentos internos as unidades produtoras.

1. Para maiores detalhes a respeito, consulte-se Guerra (1991).

A escolha do município de Camaçari, distante 40 km de Salvador, para sediar o 2º pólo petroquímico brasileiro, apoiou-se em alguns critérios importantes de microlocalização:

- a) proximidade da RLAM;
- b) proximidade do porto de Aratu;
- c) proximidade de Salvador;
- d) qualidade do terreno; e
- e) disponibilidade de água, energia, comunicações e outros equipamentos infra-estruturais (S.I.C., 1980).

Todo o processo de localização, concepção e implantação do COPEC ficou a cargo da Companhia Petroquímica do Nordeste - COPENE, uma subsidiária da PETROBRISA, que seria, a exemplo da P.O.U. em São Paulo, a elaboradora dos petroquímicos básicos ou de 1ª geração do pólo da Bahia.

A estrutura do pólo foi dimensionada com a finalidade de superar a desvantagem da distância do seu principal mercado final, situado no Centro-Sul. Segundo Suarez(1986, p.122), a alternativa mais viável para superar essa dificuldade foi "criar um complexo aglomerado, integrado e verticalizado onde se buscaria economias de escala e redução nos custos de transportes".

A estrutura acionária da maioria das empresas do COPEC seguia o modelo tripartite que dividia o controle das empresas de 2ª e 3ª gerações entre capital estatal, privado nacional e estrangeiro, este último detentor da tecnologia. O volume de recursos

aplicados na construção do COPEC, a partir de 1972, algo em torno de US\$ 6 bilhões, modifica a fisionomia do estado e contribui de maneira importante para o crescimento do PIB baiano e industrial. Entre 1970 e 1977, a taxa geométrica de crescimento do parque industrial baiano foi de 13,4% ao ano. Essa boa performance, segundo Avena (CENPES, 1985, p.15), deve-se ao "CIA e aos investimentos públicos e privados" onde o incremento anual foi de 10,6%. Com a entrada em operação das plantas industriais em 1978, essa taxa geométrica de crescimento acelera-se. Ela salta para 22,3% a.a., em média, no período 1978-80.

Analisando-se o Valor da Transformação Industrial (VTI) - "valor que o trabalho industrial executado no estabelecimento acresce as matérias-primas, componentes e materiais consumidos na produção", segundo conceituação do IBGE (CENPES, 1985, p. 34) - pode-se observar o peso do setor químico na indústria de transformação e, conseqüentemente, sua decisiva influência nas transformações estruturais ocorridas na economia baiana.

A tabela 2.1, mostra que o gênero químico, em relação aos demais do segmento transformador, foi responsável, em 1980, por quase a metade do VTI 47,6%. A participação elevada já em 1970 deve-se a existência da RLAM. Entretanto, o acréscimo de 59,2% nessa participação resultou da implantação do pólo petroquímico, que torna-se, a partir de então, o principal segmento da economia baiana.

TABELA 2.1
 COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
 POR GÊNEROS
 BAHIA - 1970 - 1980

GENÉROS INDUSTRIAIS	1970	1975	1980
TOTAL	100,0	100,0	100,0
Indústrias extrativas	2,6	4,5	2,3
Indústrias de transformação	97,4	95,5	97,7
Prod. de min. não-metálico	3,5	8,4	4,8
Metalúrgia	4,9	9,0	5,7
Mecânica	3,2	6,0	6,6
Mat. elét. e de comunicação	2,1	2,8	1,7
Mat. de transporte	1,5	1,7	0,3
Madeira	2,9	0,3	1,9
Mobiliário	2,0	0,9	0,6
Papel e papelão	(x)	1,1	0,7
Borracha	0,4	0,4	0,6
Couro e peles	0,6	0,5	0,3
Química	29,9	33,9	47,6
Prod. farm. e veterinário	0,1	(x)	0,0
Perf., sabões e velas	0,8	1,0	0,5
Prod. de matérias plást.	0,1	0,4	0,4
Têxtil	4,2	3,0	5,1
Vestuário, calçados	1,3	1,2	1,0
Prod. alimentares	19,3	11,6	8,3
Bebidas	3,8	3,2	1,1
Fumo	(x)	(x)	0,7
Editorial e gráfica	2,1	1,8	1,0
Diversos	0,5	0,4	0,2
Unidades auxiliares de apoio e de serviços de natureza industrial ¹	--	2,1	8,6

Fonte: IBGE - Censos Ind. da Bahia, 1970/75/80, 1985

1. Gênero não pesquisado no Censo de 1970.

Outro ponto importante a destacar, a partir da entrada em operação do COPEC em 1978, foi o impulso provocado na arrecadação estadual, particularmente no ICM. Entre 1978 e 1980, o crescimento foi de 35,0% em termos reais. Em 1979, apenas um ano após a partida do pólo petroquímico, as empresas pesquisadas no COPEC declararam ter recolhido aos cofres estaduais - abatidas as deduções dos incentivos - um montante de Cr\$ 1.221 milhões, valor que correspondeu a aproximadamente 10% da arrecadação estadual do ICM, que foi de Cr\$ 12.342 milhões naquele ano (SIC, 1983, p. 99).

Nos anos seguintes, essa participação crescerá ainda mais, como se analisará adiante. A título de ilustração, vale destacar que a Bahia, em termos de participação na arrecadação nacional de ICM, salta de 2,6% em 1971 para 5,6% em 1984 (CENPES, 1985, p. 69).

A consolidação do COPEC, com o passar do tempo, desbanca a primazia do setor primário na economia baiana. Essa afirmativa pode ser verificada pela observação da tabela 2.2. A participação do setor primário, no PIB setorial baiano, diminuiu de 40% em 1960, para 16,4% em 1980. O setor secundário, por sua vez, no mesmo período, eleva sua participação de 12% para 31,6%.

TABELA 2.2
COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB BAIANO 60/90

ANO	SETORES (%)	PRIMARIO	SECUNDARIO	TERCIARIO
1960		40,0	12,0	48,0
1970		21,2	13,4	65,4
1980		16,4	31,6	52,0
1990 ^a		15,0	30,0	55,0

Fonte: CEI / CPE / SEPLANTEC, 1991

1. Números estimados

Essas alterações estruturais na economia baiana, incrementam fortemente seu produto interno. Em termos de taxas de crescimento real do PIB, a Bahia supera o Nordeste e o Brasil. Na década de 70, o crescimento real do PIB baiano foi de 11,4% contra 9,7% do Nordeste e 8,6% do Brasil (Tabela 2.3).

A desagregação do PIB por setores, ao longo da década de 70, permite uma observação mais detalhada do comportamento da economia baiana no período e mostra a importância dos setores secundário e terciário no desempenho econômico do Estado.

O crescimento do setor secundário, como já visto, se deve a implantação do C.I.A. em 1967 e do COPEC em 1972. Esse crescimento contribuiu de forma positiva para a expansão do setor terciário da economia baiana. A região do estado que obteve maior desenvolvimento foi a Região Metropolitana do Salvador. Os serviços e o comércio, segmentos que compõem o setor terciário, puderam se modernizar e com isso garantir variações anuais reais, nos anos 70, de no mínimo 7% ao ano (Tabela 2.4).

TABELA 2.3
 VARIACÖES PERCENTUAIS ANUAIS DO PRODUTO INTERNO BRUTO REAL
 A CUSTO DE FATORES
 BRASIL, NORDESTE, BAHIA
 1970 - 1980

ANOS	BRASIL	NORDESTE	BAHIA
1970	8,3	(0,5)	-
1971	12,0	14,4	9,3
1972	11,1	9,1	10,9
1973	14,0	10,7	7,1
1974	9,5	4,5	13,4
1975	5,6	10,5	19,0
1976	9,7	10,9	3,3
1977	5,4	10,9	9,4
1978	4,8	11,3	14,9
1979	6,8	8,8	14,9
1980	7,9	6,4	12,8
MÉDIA ¹	8,6	9,7	11,4
1970 - 1980 ²	129,3	152,8	194,6

Fonte: Brasil: FGV/IBRE/DCS - 1983

1. Taxa geométrica anual de crescimento
2. Acréscimo nos onze anos

TABELA 2.4
 VARIACÖES ANUAIS REAIS DO PRODUTO INTERNO BRUTO
 A CUSTO DE FATORES, SEGUNDO OS SETORES ECONOMICOS - BAHIA
 1970 - 80

ANOS	SETOR PRIMARIO	SETOR SECUNDARIO	SETOR TERCIARIO
1971	6,1	15,5	7,0
1972	6,1	10,5	13,8
1973	(1,3)	8,3	12,3
1974	2,7	15,7	15,5
1975	45,1	10,1	14,0
1976	(15,0)	8,3	10,0
1977	(1,6)	5,9	15,3
1978	11,4	16,4	12,8
1979	7,0	28,2	8,8
1980	(4,7)	16,6	12,0

Fonte: SUDENE/CPR, 1983.

O crescimento do PIB estadual só não foi mais significativo devido ao fraco desempenho verificado no setor primário, em consequência dos problemas climáticos, de preços e pela política de desenvolvimento adotada pelo estado favorecendo o setor secundário, o qual foi transformado no setor dinâmico da economia.

Voltando a destacar a arrecadação tributária, é possível verificar, a partir dos dados contidos na tabela 2.5, a importância do processo de industrialização nos 7 primeiros anos da década e a dinamização que esse processo provoca sobre o setor serviços e, conseqüentemente, sobre as receitas tributárias estaduais. O incremento real na arrecadação de ICM foi da ordem de 16,4% , quase o dobro dos 8,6% observado nacionalmente.

TABELA 2.5
INDICES REAIS² DO RECOLHIMENTO DO ICM
BRASIL, NORDESTE, BAHIA
1971 - 84

ANOS	BRASIL	NORDESTE	BAHIA
1971	100,0	100,0	100,0
1972	112,9	116,4	121,2
1973	134,9	144,8	148,3
1974	145,4	160,6	173,0
1975	152,5	163,8	182,0
1976	155,0	178,8	194,5
1977	163,8	201,3	249,2
1978	174,6	224,3	281,3
1979	180,6	238,2	297,7
1980	188,2	254,6	318,3
1981	178,4	255,7	302,1
1982	186,2	271,3	324,1
1983	162,4	251,8	327,6
1984	170,5	269,8	371,3
1971/77 ²	8,6	12,4	16,4
1977/84 ²	0,6	4,3	5,9
1971/84 ²	4,2	7,9	10,6

Fonte dos Dados Brutos: Min. Faz., Sec. Faz., SIC - 1985

1. Deflator: IGF - DI

2. Taxas Anuais de Crescimento

Tendo exposto brevemente as transformações ocorridas na base produtiva da economia baiana, com influência direta sobre o PIB e a arrecadação tributária, será focalizado com mais profundidade no capítulo seguinte, o comportamento da indústria, da agropecuária, e da arrecadação na economia baiana na década de 80.

3 - A EVOLUÇÃO ECONÔMICA NA DÉCADA DE 80.

3.1 - Indústria de transformação

A partir de 1980, a economia baiana começa efetivamente a sentir o impacto oriundo da consolidação da indústria de transformação. Este setor, importante na composição da formação do produto industrial, obteve expressivo desempenho durante a década, devido ao comportamento dos seus dois principais segmentos: química/petroquímica e metalurgia. Juntos, eles detêm mais de 60% do Valor Bruto da Produção Industrial, sendo a indústria química/petroquímica responsável por mais da metade deste indicador.

Na verdade, o comportamento dos dois segmentos líderes acima mencionados, conseguiu não apenas melhorar o desempenho do setor industrial na composição do produto estadual, mas torná-lo, já no ano de 1980, o setor mais dinâmico da economia, papel representado na década de 70 pela agropecuária, como mostra a tabela 3.1.

TABELA 3.1
ESTRUTURA DO P.I.B. A CUSTO DE FATORES E PREÇOS CONSTANTES
SEGUNDO CLASSES DE ATIVIDADE ECONÔMICA
BAHIA - 1975/1980/1985/1990

GRANDE DIVISÃO	1975	1980	1985	1986	1987	1988	1989
1. Agropecuária	25,6	16,5	16,4	14,8	13,7	15,5	15,3
2. Ext. Mineral	8,8	4,5	4,1	3,9	4,1	3,8	3,6
3. Ind. de Transf.	13,7	21,6	22,7	23,0	24,0	23,4	23,0
4. Elet., Água	2,0	3,6	3,8	3,8	4,0	3,9	3,6
5. Construção	3,9	5,5	3,5	3,6	3,4	2,5	2,7
6. Com., Rest.	18,0	20,5	18,7	20,9	19,4	18,9	19,5
7. Transp., Comunic.	4,0	4,5	5,7	6,0	6,4	6,8	6,9
8. Estab. Financeiro	13,8	14,0	14,5	13,7	14,1	14,2	14,1
9. Serviços Sociais	10,3	9,3	10,6	10,3	10,9	11,0	11,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Centro de Estatística e Informações - CEI / 1992

Em 1975 a agropecuária participava com 25,6% contra 13,7% da indústria de transformação. Em 1980, essa participação desaba para 16,5%, enquanto a da indústria de transformação eleva-se para 21,6%, alcançando o seu ponto máximo de crescimento em 1987 com 24,0%, ao contrário da agropecuária que amargou seu pior desempenho da década (13,7%).

Um importante fato a ser destacado, é que a consolidação da indústria de transformação no desenvolvimento econômico estadual, na primeira metade da década de 80, se deu num período de grande recessão e crise da economia brasileira, fazendo com que a Bahia fosse um dos poucos estados brasileiros a apresentar crescimento em seu produto.

Analisando a tabela 3.2, que mostra a taxa de variação real do produto brasileiro e baiano, constata-se que na primeira metade da década, o PIB brasileiro apresentou seu pior desempenho com quedas de (-4,4%) e (-3,4%) nos anos de 1981 e 1983 respectivamente. Por outro lado, o PIB baiano depois de crescer 11,1% em 1980 declina significativamente para 1,0% em 1981, reflexo da retração na economia brasileira. Entretanto, observa-se que esse declínio, provocado pela recessão econômica, não conseguiu impedir que o PIB baiano crescesse, na maior parte da década, mais do que o PIB brasileiro.

O desempenho positivo do PIB estadual na primeira metade da década de 80, associa-se ao bom comportamento do produto da

indústria de transformação que cresceu 4,1% anuais, sendo bastante influenciado pelo segmento químico, que no mesmo período apresentou crescimento de 4,2% a.a. (Inf. Conj., agosto, 1986).

TABELA 3.2
PIB - TAXA REAL DE VARIAÇÃO ANUAL (%)
BRASIL E BAHIA - 1980/1990

ANO	BRASIL	BAHIA
1980	9,2	11,1
1981	- 4,4	1,0
1982	0,6	5,5
1983	- 3,4	1,4
1984	5,3	1,8
1985	8,0	9,3
1986	7,5	6,3
1987	3,6	- 4,5
1988	- 0,1	3,1
1989	3,2	3,3
1990	- 4,0	- 2,2

Fonte: CEI/SEPLANTEC / 1993

Este comportamento da indústria de transformação, na década de 80, influenciando positivamente na evolução da economia estadual, será aprofundado com mais detalhes a seguir, através da análise do comportamento dos segmentos químico/petroquímico, metalúrgico e de construção.

3.1.1 - Química/petroquímica

A indústria petroquímica baiana foi concebida com o objetivo de complementar o complexo petroquímico brasileiro, que se mostrava incapaz de atender a demanda interna pelos insumos intermediários elaborados por este segmento industrial, demanda essa majoritariamente concentrada no Centro-Sul. O Estado da Bahia aproveitou-se então, das suas vantagens comparativas (já vistas em capítulo anterior) e dos incentivos fiscais e financeiros concedidos pelos governos federal e estadual, para inserir-se e ocupar esse espaço, ainda existente na matriz industrial brasileira.

Em 1980, com apenas dois anos de operação, a petroquímica já começa a mostrar os resultados do seu excelente desempenho ao contribuir fortemente para a liderança do setor industrial na composição do Produto Interno Bruto, respondendo com 21,6% contra 20,5% do comércio e 16,5% da agropecuária (ver tabela 3.1). Essa importância pode ser melhor avaliada, observando-se a tabela 3.3. A indústria química/petroquímica detém mais da metade do Valor Agregado Bruto (VAB) da indústria de transformação.

TABELA 3.3
VALOR AGREGADO BRUTO A PREÇOS CONSTANTES
BAHIA - 1985/1988

Em mil cruzados

	1985	1986	1987	1988
(1) Química	75.087	81.170	83.320	81.293
(2) Ind. de Transf.	142.690	154.780	156.490	154.095
(3) Total PIB Bahia	723.808	776.646	751.017	764.535
(1)/(2) (em %)	52,6	52,4	53,2	52,8
(2)/(3) (em %)	19,7	19,9	20,8	20,2

Fonte: CEI/SEPLANTEC / 1990

Outra importante decorrência da implantação do complexo petroquímico baiano, foi sua contribuição para o crescimento e evolução da arrecadação estadual, algo a ser, posteriormente, melhor detalhado. Adiantando alguns dados, a arrecadação industrial de ICM passa de 30,4% em 1975 para 55,8% em 1985 (CFE, 1990), sendo que deste total a petroquímica participa em média com 64,08% (GEFAZ, 1989). Apesar dessas importantes contribuições, o segmento químico/petroquímico, por ser intensivo em capital, apresenta baixa absorção de mão-de-obra. Observando a tabela 3.4, constata-se que ele empregava apenas 14,5%, mesmo respondendo por mais da metade do VAB industrial. A liderança neste indicador, cabe ao segmento de produtos alimentares 19,4%.

TABELA 3.4
PARTICIPAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO, POR PRINCIPAIS GÊNEROS DA
INDÚSTRIA / BAHIA - 1985

GENÉROS	PESSOAL OCUPADO (%)
QUÍMICA	14,5
PRODUTOS ALIMENTARES	19,4
METALURGIA	8,2
MINERAIS NÃO METÁLICOS	11,9
MATERIAL ELÉTRICO	2,1
PAPEL E PAPELÃO	1,9
MECÂNICA	9,6
BEBIDAS	2,2
TEXTIL	6,4
MADEIRA	4,2
OUTROS	19,6

Fonte: A TARDE - 1985

Isto, contudo, não deve obscurecer o efeito multiplicador da atividade petroquímica na economia baiana, em termos de reflexos positivos na geração da renda e de empregos indiretos, em consequência, principalmente, da modernização e ampliação que ela impôs a segmentos ligados ao comércio, serviços e construção residencial. Esses reflexos poderiam ser ampliados se houvesse um maior interrelacionamento com outros setores industriais, situados a montante e/ou a jusante da indústria petroquímica. A inexistência quase que total de produtores de bens de capital e de bens finais na Bahia, exemplifica o argumento acima. Na falta desses últimos, parte substancial da produção petroquímica destina-se a mercados consumidores fora do Estado.

A forte retração na economia brasileira no início da década de 80, não foi suficiente para afetar o crescente desempenho

econômica estadual. Este comportamento positivo consubstanciou-se no dinamismo da indústria petroquímica, que buscou no mercado externo a saída para escoar a sua produção, desde quando a demanda interna retraiu-se face a recessão econômica observada naquela época.

A penetração dos petroquímicos baianos no mercado internacional, que serviu para aumentar a sua participação no "total geral das exportações do estado de 1,59% em 1978 para 24,14% em 1987" (Desempenho da Conjuntura, 1988, p. 22), foi motivada pelos seguintes fatores: os preços compatíveis do petróleo e seus derivados no decorrer da crise; e a própria expansão física das vendas incentivadas pela Petrobrás.

Com relação à expansão física das vendas, esta foi viabilizada pela importante presença do Estado, através da Petroquisa, uma subsidiária da Petrobrás. Como o Estado era um dos principais sócios da indústria petroquímica, através do modelo tripartite, havia o interesse em reverter o quadro negativo provocado pela queda da demanda interna dos petroquímicos, devido à recessão da economia brasileira.

Foram criados, desta forma, mecanismos com o objetivo de redirecionar a produção para o mercado externo e com isso garantir a rentabilidade do setor. Este redirecionamento só seria possível com a articulação dos principais segmentos ligados diretamente aos interesses da indústria petroquímica: a

Associação Brasileira da Indústria Química e Produtos Derivados (ABIQUIM), a Carteira de Comércio Exterior (CACEX), a Petrobrás, a Petroquissá e a Interbrás.

A ABIQUIM montou uma estratégia de atuação na qual foi firmada um acordo através da Cacex para a exportação de US\$ 500 milhões de dólares entre 1º de abril de 1981 e 1º de abril de 1982 para a indústria petroquímica através de incentivos e subsídios governamentais.

Esse acordo com a Cacex foi cumprido pela Petrobrás que "passou a adquirir do Sistema Petroquissá todo o excedente produzido e que não era absorvido internamente. Esse excedente era redirecionado para o mercado externo, sendo vendido a preços inferiores àqueles pagos pela Petrobrás na sua aquisição" (LIMA, 1993, p. 41-42).

Outro importante incentivo utilizado pela Petroquissá com o objetivo de expandir as vendas foi o de "articular um esquema de preços reduzidos em cascata onde as margens dos produtos destinados a exportação eram reduzidas desde o fornecimento da matéria-prima(nafta), passando pelas centrais de 1ª geração, até a geração onde a exportação se processasse efetivamente" (SUAREZ, 1986, p. 163). Com isso, a indústria petroquímica se beneficiou, por exemplo, de um subsídio cruzado através do preço da nafta, que elevou a rentabilidade das empresas.

Na verdade, esses mecanismos contribuíram fortemente, principalmente na primeira metade da década de 80, para o

espetacular crescimento do quantum das exportações petroquímicas baianas. A queda observada em 1986, decorre do aumento na demanda interna, em razão do passageiro sucesso do Plano Cruzado. Já em 1987, as exportações físicas voltam a crescer.

TABELA 3.5
INDICE DE PREÇOS E DE QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES POR GRUPOS DE PRODUTOS / BAHIA - 1980/1989

PROD./ ANOS	PREÇOS			QUANTUM		
	CACAU/ DERIV.	PETRO QUÍMICOS	DERIV. PETROL.	CACAU/ DERIV.	PETRO QUÍMICOS	DERIV. PETROL.
1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	82,0	97,6	104,0	101,5	277,5	136,5
1982	65,6	81,2	107,4	100,9	331,0	275,0
1983	73,3	79,2	87,0	109,9	452,7	456,6
1984	92,2	89,7	85,3	103,1	488,7	622,4
1985	83,0	74,0	79,6	134,2	496,1	565,7
1986	80,1	85,0	53,3	108,9	295,1	516,1
1987	77,3	98,7	51,9	94,8	376,7	446,6
1988	65,6	100,9	48,0	91,3	586,4	408,7
1989	51,7	106,2	58,3	75,2	849,4	428,1

Fonte: CEI/SEPLANTEC / 1990

Essa retomada no quantum das exportações petroquímicas, não permite, todavia, a manutenção do mesmo dinamismo do segmento químico/petroquímico constatado até 1986.

Observando a tabela 3.6, verifica-se uma taxa de crescimento desse segmento, na composição do Valor Agregado Bruto da indústria de transformação em 1987, de 2,6%, pouco significativa se comparada com a do ano de 1986 que foi de 8,1%. Em 1988 esse desempenho é ainda pior, alcançando "crescimento" negativo de -2,4%. Em 1989 ocorre uma leve recuperação (4,2%), seguida por

nova queda em 1990 de -6,8%. Esse fraco desempenho no final da década, foi motivado pelo aprofundamento da crise econômica iniciada em fins de 1986 e o crescente aumento da concorrência no mercado internacional de produtos petroquímicos, que vai gradativamente limitando a possibilidade de se utilizar o mercado externo como escoadouro da produção interna.

TABELA 3.6
COMPORTAMENTO DO VALOR AGREGADO BRUTO DA IND. DE TRANSFORMAÇÃO
BAHIA - 1986/1990

ANOS/ESPECIFICAÇÕES	1986	1987	1988	1989	1990
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	8,5	1,1	-0,3	2,1	-3,2
Min. não metálicos	37,1	-11,3	-12,6	-4,8	-1,7
Metalurgia	12,8	5,7	3,8	3,5	-0,5
Química	8,1	2,6	-2,4	4,2	-6,8
Material Elétrico	24,7	-3,9	-13,3	4,3	-17,0
Borracha*	-2,7	0,3	31,2	11,1	4,3
Têxtil	0,9	-1,9	24,0	-6,1	-
Papel e Papelão	11,6	-3,4	-6,0	-10,6	-
Prod. Alimentares	-2,8	-5,7	-0,1	4,1	20,6
Fumo	41,9	-9,2	-13,2	-12,6	-
Bebidas	-22,3	8,2	-1,6	13,0	5,9
Perf. Sabões	-0,2	8,0	-6,2	1,2	-23,8
Outros	8,5	1,1	-0,3	2,1	-3,2

Fonte: CEI/SEPLANTEC - 1990

*Exclusivo beneficiamento primário de sisal e algodão.

Obs.: Estes dados são estimativas preliminares feitas pelo CEI.

As principais manifestações da crise interna, inibidoras do consumo petroquímico e de outros produtos industriais foram: a aceleração inflacionária; as elevadas taxas de juros oferecidas pelo sistema financeiro, fazendo com que os empresários desviassem parte do que seria aplicado na produção para o setor financeiro e desestimulando o consumo; a instabilidade político-econômica; e a alta variação dos preços relativos em decorrência dos planos de estabilização (DPE, 1990).

3.1.2 - Metalúrgica

O setor metalúrgico representa o segundo segmento mais importante da indústria de transformação baiana. Ele se divide em seis grupos: produtos siderúrgicos; ferro-ligas; não-ferrosos; metais preciosos; fundição e produtos siderúrgicos diversos.

A estrutura do setor metalúrgico é composta das siderúrgicas USIBA, SIERRA e FERBASA e algumas empresas que atuam no sub setor de metais não ferrosos, sendo a Caraíba Metais a mais representativa. Esta estrutura responde por quase 80% do Valor Agregado do setor (CPE, 1990), o que mostra a sua alta concentração.

Apesar de não apresentar o mesmo desempenho alcançado pela indústria petroquímica, o setor metalúrgico experimentou um crescimento médio nos anos 80 de 12,3% a.a. (CPE, 1990). Este resultado pode ser considerado satisfatório, face a retração do mercado interno decorrente da crise econômica.

Esse desempenho foi fortemente influenciado pela entrada em operação da Caraíba Metais em 1982. O Valor Agregado Bruto do setor, passa de 5,8% em 1982 para 8,6% em 1983 (PIB/CEI, 1992), sendo que a implantação da empresa inseria-se no contexto do programa brasileiro de substituição de importações. Ela deveria suprir a demanda interna consumidora de cobre eletrolítico, até então totalmente importado.

A tabela 3.7 mostra a importância da entrada em operação da Caraiba Metais a partir de 1982, em termos de evolução dos índices de produção do sub setor de minerais não ferrosos. Os resultados positivos começaram a aparecer a partir de 1983. O índice de produção acusa uma variação de 319,6% no ano. Em 1985, o índice volta a elevar-se, após a estabilização de 1984, em razão do aumento da produção de cobre, que passou de "61 mil toneladas em 1984 para 94 mil toneladas em 1985" (Inf. Conj., março, 1986, p. 48).

TABELA 3.7
INDICES DE PRODUÇÃO
MINERAIS NÃO FERROSOS
BAHIA - 1980/1988

ANOS	INDICES	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1980	100,0	-
1981	85,2	- 14,8
1982	98,8	16,0
1983	414,6	319,6
1984	432,5	4,3
1985	590,2	36,5
1986	697,3	18,1
1987	833,0	19,5
1988	842,3	1,1

Fonte: CEI/SEPLANTEC / 1990

Esse desempenho expressivo dos não ferrosos, associa-se, portanto, a produção de cobre. A Caraiba Metais, em 1986, alterou a estrutura de sua planta com o objetivo de ampliar a produção. Esta meta foi atingida em 1987, ano no qual a empresa foi responsável por "96% da produção nacional deste metal, abastecendo 55% do mercado interno" (Inf. Conj., jan-maio, 1988, p. 23).

Esse proeminente papel da Caraíba Metais e a duplicação da produção de alumínio, explicam a elevação dos índices de produção do setor metalúrgico como um todo, como pode ser constatado na tabela 3.8.

TABELA 3.8
INDICES DE PRODUÇÃO
TOTAL - METALURGIA
BAHIA - 1980/1990
1980 = 100

ANOS	INDICES	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1980	100,0	-
1981	93,2	- 6,8
1982	97,2	4,3
1983	158,4	63,0
1984	169,4	6,9
1985	207,9	22,7
1986	234,5	12,8
1987	248,0	5,8
1988	257,3	3,8
1989	284,9	10,7
1990	296,3	4,0

Fonte: CEI/SEPLANTEC - 1980/1988
IRGE - 1989, 1990
* Dados de jan.-jul.

Entretanto, apesar dos números crescentes nos índices de produção, desde a sua implantação (1982), a Caraíba Metais experimentou déficits em seus balanços devido, principalmente, à política de controle de preços abaixo dos custos de produção praticada pelo governo federal. Este déficit, que perdurou até o final da década, acabou constituindo-se numa das justificativas para o desmembramento da empresa (Mineração Caraíba Ltda. e Caraíba Metais) e a privatização desta última ocorrida em 1987-1988.

Com relação ao setor siderúrgico, este não apresentou a mesma expansão alcançada pelo segmento de não ferrosos, devido à retração da economia brasileira no início da década. A tabela 3.9, mostra a participação, no total das vendas da USIBA (Usina Siderúrgica da Bahia), dos mercados externo e interno.

TABELA 3.9
USIBA - BAHIA
PARTICIPAÇÃO DOS MERCADOS EXTERNO E INTERNO NO TOTAL DAS
VENDAS
1980/1984

ANOS	TOTAL	MERCADO INTERNO	%	MERCADO EXTERNO	%
1980	262	232	88,6	29	11,4
1981	224	162	72,2	62	27,8
1982	237	115	48,9	121	51,1
1983	252	76	30,2	175	67,8
1984*	162	65	40,5	96	59,5

Fonte: USIBA, Relatório da Administração - 1984

* Dados de jan. - set. 1990.

Observa-se uma queda progressiva nos quatro anos iniciais, do volume de vendas para o mercado interno. Por outro lado, houve um aumento, também progressivo, com exceção de 1984, no volume de vendas para o mercado externo. Ou seja, a recessão obrigou a USIBA (principal siderúrgica baiana), a redirecionar a sua estrutura de produção para o mercado externo.

A tabela 3.10 mostra que a crise da economia brasileira nos anos de 1981 e 1983 refletiu negativamente nos índices de produção do sub setor siderúrgico apresentando quedas de -4,7% e -4,6% respectivamente. Entretanto, a partir de 1984 a produção de siderúrgicos cresceu prolongando-se até 1986. Já em 1987 houve

decréscimo de -15,7%. Esta variação negativa do sub setor siderúrgico no ano de 1987, deve-se à queda na produção de laminados não planos motivada por dois fatores: racionamento de energia elétrica, insumo intensivamente utilizado por esta indústria; e retração na indústria da construção civil, grande consumidora de sua produção (Inf. Conj., jan-maio, 1988).

TABELA 3.10
INDICES DE PRODUÇÃO
SIDERURGIA
BAHIA - 1980/1988
1980 = 100

ANOS	SIDERURGIA	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1980	100,0	-
1981	95,3	- 4,7
1982	96,8	1,6
1983	92,3	- 4,6
1984	101,4	9,9
1985	109,1	7,6
1986	115,0	5,4
1987	96,9	- 15,7
1988	106,3	9,7

Fonte: CEI/SEPLANTEC / 1990

Na verdade, o setor metalúrgico poderia apresentar melhor desempenho se não fossem as abruptas variações no sub setor de siderúrgicos, o qual acabou por encobrir o excelente desempenho do segmento de não ferrosos no total do setor.

No geral da década, apesar de algumas dificuldades, principalmente no seu início, a indústria metalúrgica conseguiu evoluir e dinamizar-se depois da implantação da Caraíba Metais, sendo tal empresa a maior responsável, através do sub setor de não ferrosos, pelos índices positivos alcançados pelo conjunto do setor.

3.2 - Construção civil

A indústria da construção na Bahia apresentou seu melhor desempenho na década de 70. A implantação dos pólos industriais como o COPEC, CIA e SUBAE, possibilitou a dinamização deste setor.

Essa dinamização foi muito influenciada pela presença do Estado com seus investimentos em infra-estrutura, na construção de estradas, hidrelétricas, portos, aeroportos, etc, tanto no interior do estado como na própria Região Metropolitana de Salvador, com o objetivo de atender a nova demanda emergente e às necessidades do capital privado.

Na década de 80 o êxito não se repete. Isto porque o comportamento do setor está em grande parte vinculado ao desempenho da própria economia brasileira. Como a década de 80, para a economia nacional, foi de grande retração, isto acabou se refletindo de forma negativa no crescimento da indústria, retração essa que vincula-se ao desaquecimento dos investimentos públicos e privados.

Com relação à queda dos investimentos pelo setor público (federal, estadual e municipal), o grande vilão ficou sendo o déficit público. Sem recursos financeiros em caixa, o Estado não pode saldar os compromissos contratados, avolumando cada vez mais suas dívidas, inviabilizando novos investimentos e comprometendo

financeiramente as empresas de construção, que dependiam desses recursos para viabilizarem novos investimentos.

O setor privado, por sua vez, sofre com a retração econômica, e o aumento da capacidade ociosa, não havendo necessidade, pois, de novos investimentos.

TABELA 3.11
VALOR AGREGADO BRUTO A PREÇOS CONSTANTES NA BAHIA,
CONSTRUÇÃO CIVIL
1980 = 100 / 1980-1985

ANOS/ESPECIFICAÇÕES	PUBLICA	PRIVADA
1980	100,0	100,0
1981	81,2	95,5
1982	104,6	92,5
1983	71,5	82,9
1984	62,4	103,1
1985	52,1	106,3

Fonte: CEI/SEPLANTEC / 1991.

A análise da tabela 3.11 mostra que o VAB da construção civil sofreu variações negativas na maioria dos anos. No ano de 1981 houve queda na demanda para os dois setores. Em 1982, há uma recuperação na demanda pública em decorrência do aumento dos investimentos, enquanto que a demanda do setor privado amarga outro ano de queda. Entretanto, para os três anos seguintes ocorrem quedas significativas no VAB do setor público, proveniente, principalmente, da política de corte de gastos públicos, com objetivo de conter o déficit. O Valor Agregado Bruto de 1983 do setor privado continuou em declínio, porém, nos anos seguintes (1984 e 1985), o setor apresentou crescimento

expressivo, refletindo, de certo modo, a retomada do dinamismo econômico na economia brasileira, induzida pelo setor externo.

No período de 1986 a 1989, o setor da construção civil apresentou desempenho médio negativo de -4,4% a.a., de acordo com seu PIB setorial. Atribui-se isto, à falta de uma política de financiamento para o setor e à própria perda do poder aquisitivo da população, retraindo a demanda.

Outro fator que contribuiu para a queda do setor foi a extinção do Banco Nacional de Habitação (B.N.H.). Criado com o objetivo de estimular a construção de casas populares, a sua extinção refletiu negativamente no Sistema Financeiro da Habitação, pois o B.N.H. controlava, disciplinava e orientava o S.F.H.

Mas o S.F.H. não foi penalizado apenas com a extinção do B.N.H. Os recursos financeiros provenientes do FGT5 e da caderneta de poupança, os quais viabilizam o S.F.H., sofrem solução de continuidade devido à recessão econômica. Ou seja, a crise econômica dos anos 80 provocou aumento do desemprego obrigando os trabalhadores a efetivarem saques no FGT5 e na própria caderneta de poupança, reduzindo a capacidade de financiamento de casas e edificações populares.

Apesar de tudo, a construção civil na Bahia não paralisou por completo suas atividades. Pelo contrário, a crise que se abateu sobre a economia brasileira e que se refletiu também na economia

baiana, principalmente neste segmento, fez alterar a característica de atuação do setor. A maior concentração de renda que se constata durante a crise dos anos 80, força uma reorientação do setor. As novas inversões e financiamentos darão prioridade aos "edifícios para escritórios de empresas (centros empresariais), unidades comerciais (shopping-centers, supermercados, lojas de departamentos, etc), edifícios de apartamentos de luxo, villages, sedes de bancos, etc" (CPE, 1990, p.142). Esta é a nova estrutura de atuação da construção civil na Bahia. Apesar da redução no volume de produção e operações, o segmento tem conseguido manter-se em atividade graças aos investimentos privados nessas novas prioridades e na área de construção pesada. Nessa estrutura não existe espaço para muitos. A ODEBRECHT, a OAS e mais três empresas apresentaram em 1988, 92% do faturamento global do setor, o que reflete o alto grau de concentração nesta atividade.

3.3 - Arrecadação industrial de ICMS

A análise do comportamento da arrecadação tributária estadual se restringirá ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços por dois motivos: ele é o único imposto a guardar uma relação mais direta com o nível da atividade econômica através do comportamento do produto, o que facilita sua avaliação; além de ser o mais representativo na composição da base da arrecadação tributária, chegando a representar mais de 96% a partir de 1984.

A transformação qualitativa ocorrida na base produtiva da economia baiana, decorrente do boom industrial iniciado no final dos anos 70, com a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari, conferiu ao setor secundário a liderança na composição do PIB baiano. Neste período, entre 1978 e 1990, a arrecadação de ICM, nomenclatura mantida até 1988, "cresceu 35% em termos reais" (SEFAZ, 1989, p. 24), desempenho devido, principalmente, a dinâmica de crescimento do segmento químico/petroquímico.

A importância da implantação do COPEC na arrecadação do ICM industrial pode ser atestada através da tabela 3.12. No período 86/88, a participação média deste complexo industrial, fundamentalmente composto de empresas químicas/petroquímicas, foi de 52,4%.

TABELA 3.12
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS MAIORES CONTRIBUINTE DO SETOR
(COPEC, CIA, PETROBRAS e TIBRAS)
BAHIA - 1986/1988

CONTRIBUINTE	PARTICIPAÇÃO ICM IND.			PARTIC. MÉDIA 86/88
	1986	1987	1988	ICM INDUSTRIAL
COPEC	45,1	54,0	58,3	52,4
CIA	17,3	14,0	13,0	14,8
PETROBRAS	-	2,7	3,3	2,0
TIBRAS	2,8	2,2	2,7	2,6
OUTROS	34,8	27,0	22,7	28,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Secretaria da Fazenda (1989)

Dados da Secretaria da Fazenda, informam que o setor industrial, entre o período de 1975 a 1988, aumentou sua participação na arrecadação de IDM a uma taxa real média anual de 16,89%, ou seja, 236,5% em 14 anos². No interior deste setor industrial, apenas 3 gêneros dos que o compõem (química, metalurgia e produtos alimentares), respondem por mais de 80% do ICM arrecadado. Este excelente desempenho da indústria na década de 80, contribuiu para que o setor secundário respondesse com mais de 50% na arrecadação total do Estado.

Continuando a observação da tabela 3.12, constata-se que o CIA é o segundo centro industrial em importância na arrecadação do ICM. No período 86 a 88 sua participação na arrecadação do setor industrial se situou em média em 14,8%, número este três inferior ao apresentado pelo COPEC.

2. Deflacionado pelo Índice Geral de Preços (IGP/FGV)

A análise da tabela 3.13, evidencia, para a maioria dos anos, uma forte correlação entre as variáveis apresentadas. Observa-se na arrecadação real de ICM industrial, excelentes resultados entre 1982 e 1986. O aumento da demanda interna em 1986, provocado pela euforia do Plano Cruzado, fez crescer a arrecadação setorial em 11,4%, aumento este, segundo a SEFAZ, fortemente influenciado pela diminuição em 30% das exportações de produtos industrializados.

TABELA 3.13
TAXAS DE VARIAÇÃO REAL DA PRODUÇÃO NA IND. DE TRANSFORMAÇÃO
ARRECADAÇÃO DE ICM INDUSTRIAL
BAHIA - 1980/1988

ANOS	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	ARRECADAÇÃO ICM INDUSTRIAL
1980	19,3	19,1
1981	- 3,7	- 4,5
1982	- 2,1	16,7
1983	13,0	15,1
1984	6,0	9,9
1985	5,6	12,9
1986	8,8	11,4
1987	1,3	- 11,6
1988	- 1,5	- 11,4

Fonte: ASTEC/SEFAZ / 1989

Como os bens finais industrializados para o exterior são isentos da cobrança do imposto, o que se deixou de exportar acabou sendo consumido internamente, contribuindo para o aumento da arrecadação. O próprio crescimento do PIB industrial em 8,8%, e a elevação das importações em 11,5% (os produtos importados, de um modo geral, são taxados em até 17%), também ajudam na explicação. Com relação ao ano de 1987, a SEFAZ não conseguiu uma explicação plausível para o decréscimo tão acentuado de -11,6%, desde quando

o nível das exportações de industrializados foi semelhante a 1986; o PIB industrial apresentou pequeno acréscimo de 1,3% enquanto que as importações apresentaram decréscimo de 9% em relação a 1986. Deste modo, apenas um item apresentou resultado negativo, não justificando queda tão acentuada. Em 1988 as exportações cresceram 22%, significando perda de receita. Por outro lado, as importações cresceram 40%, contribuindo para aumentar a arrecadação, pois o aumento foi superior ao aumento das exportações; e o PIB decresceu -1,5%. Ou seja, mais uma vez não se explica queda tão acentuada, a não ser que se leve em conta, um possível aumento na sonegação e/ou uma diminuição na capacidade arrecadadora do Estado. Em 1982, ao contrário, poderia ter ocorrido o inverso: um aumento na eficiência do fisco, que compensou a queda de 2,1% na produção industrial.

No período de 1985 a 1988, o COPEC teve participação média de 52,4% na arrecadação total do ICM industrial, com a petroquímica contribuindo, também em com 54,8% no mesmo período. Essa média do COPEC poderia ter sido maior, não fosse a queda verificada no ano de 1986, em relação a 1985, da arrecadação real do seu principal gênero, a indústria petroquímica, que decresceu 23,4%. Isto porque "os preços dos produtos petroquímicos estavam submetidos ao Conselho Interministerial de Preços (CIP). Quando eles se encontram defasados em relação às taxas inflacionárias, provocam queda na arrecadação de ICM e os prejuízos ao Tesouro do Estado são tanto maiores quanto maior é o período de resgate desses preços" (SEFAZ, 1989, p. 29). Esta mesma queda ocorre com o aumento das exportações, desde quando estas são imunes da

cobrança do referido imposto. A participação do segmento petroquímico no total arrecadado pelo COFEC, caiu de 74,7% em 1985 para 57,0% em 1988 (SEFAZ, 1989, p.33).

No que se refere à indústria metalúrgica, esta apresentou no período 1985 a 1988 variação real média de 42,7%. Segundo a SEFAZ, comparando-se o ano de 1986 com 1985, houve crescimento de 31%. Já 1988 em relação a 1987, o aumento foi de 13%. A participação média dessa indústria, no período 85-88, na arrecadação do ICM total do Estado, foi de 8,3%. Este excelente desempenho deve ser creditado a Caraiíba Metais, que no período 87/88 apresentou participação média de 37,9% do ICM do gênero metalúrgico.

A análise do comportamento do setor da construção civil na arrecadação de ICMS do setor industrial, ficou prejudicada devido à falta de dados disponíveis. Aliado a isso, o setor da construção civil apresentou baixa participação (2,7% em 1989, ver tabela 3.1), nos anos 80, na estrutura do produto industrial, dificultando ainda mais a sua mensuração, pois o PIB se constitui no melhor indicador para analisar o comportamento da arrecadação do ICMS.

3.4 Agropecuária e arrecadação de ICMS

O setor agropecuário baiano até a década de 70, foi o principal responsável pela dinâmica da economia estadual, participando em 1975 com 25,6% do produto contra 18,0% do comércio e 13,7% da indústria. Esta liderança se deveu ao bom comportamento do cacau, principal produto da pauta de exportações do estado à época, e de maior participação na composição do produto agropecuário, gerando divisas e renda para a economia baiana.

Em 1980, essa participação cai para 16,5% do produto interno bruto estadual contra 21,6% da indústria de transformação e 20,5% do comércio. Ou seja, iniciada a década de 80, o setor agropecuário baiano perde a posição de líder na composição do produto estadual para o setor industrial, bem como de setor dinâmico da economia, passando a ocupar a terceira colocação em importância na estrutura do produto interno bruto baiano.

O declínio na produção de tradicionais culturas baianas, como o fumo, cana-de-açúcar e o sisal, acentua-se nos anos 70. Na década de 80, o mais importante produto agrícola baiano, o cacau, incorpora-se a esse processo. Por outro lado, à essa época inicia-se um movimento de modernização e diversificação na agricultura baiana, as chamadas "ilhas de modernidade", onde concentram-se as agroindústrias, localizadas no Oeste, com o cultivo da soja, e nos perímetros irrigados em Juazeiro e no Vale

do São Francisco. Deste modo, a agroindústria conseguiu, no final da década, reverter um pouco o quadro de estagnação e atraso do setor agropecuário baiano, abrindo perspectivas futuras de vir a ser um importante pólo de desenvolvimento para a economia baiana.

A perda de participação da agropecuária baiana é usualmente vinculada a alguns fatores, a saber:

- a) a estagnação tecnológica, e a descapitalização dos pequenos produtores rurais;
- b) o processo de industrialização, que transformou a base produtiva da economia baiana de agro-exportadora para industrial;
- c) a ocorrência de fatores climáticos, como a estiagem e o excesso de chuvas, influenciando negativamente no desempenho da produção;
- d) a pouca diversificação produtiva; e
- e) as políticas agrícolas ineficientes.

Em relação à estagnação tecnológica do setor agrícola baiano, ela foi consequência do próprio processo de modernização do capitalismo brasileiro. A concentração e centralização de capitais, a produção em larga escala e o aumento de produtividade na agropecuária do Centro-Sul, exigem mercados mais amplos. Neste contexto, ocorre a destruição dos mercados locais, pois os pequenos produtores rurais descapitalizados e atrasados tecnologicamente, não tinham condições de competirem com as empresas agrícolas do Centro-Sul. Neste novo contorno da agropecuária brasileira, sobressaíram-se alguns estados brasileiros como São Paulo, Paraná e a região Centro-Oeste. Em

Estados como a Bahia, a realidade é bem diferente. Com exceção do cacáu, produto destinado à exportação e que de certa forma atingiu padrões próximos às culturas dos grandes centros, o setor agrícola baiano voltou-se, basicamente, para a produção de subsistência, com produtores rurais descapitalizados, sem condições de incorporar o progresso tecnológico, aumentar sua produtividade e diversificar sua produção.

A transformação da base produtiva da economia baiana, também contribuiu para o atraso do setor agropecuário baiano, na medida que o setor industrial passou a absorver a maior parte dos recursos através de subsídios e incentivos fiscais concedidos pelos governos federal e estadual, dinamizando, desta forma, a indústria e deixando à margem a agropecuária. Sem recursos financeiros disponíveis, a incorporação do progresso técnico tornou-se tarefa difícil de ser alcançada, dificultando ainda mais o desenvolvimento do setor.

A pouca diversificação do setor agropecuário baiano, é outro fator adverso constatado nas análises sobre a agricultura baiana. Isto decorreu, em boa medida, da incapacidade do Estado em formular uma política que priorizasse a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, com o objetivo de promover a diversificação do setor, explorando o surgimento de novas culturas.

Os fatores climáticos também contribuíram negativamente, em alguns anos da década de 80, para o desempenho da produção de algumas lavouras e do próprio rebanho. Entre o período 1979/1983, o Estado da Bahia sofreu uma forte estiagem, ocorrendo quebra de safras. Em 1984, algumas lavouras foram beneficiadas com a diminuição da estiagem, em contrapartida, a lavoura cacaueteira, cultura de maior participação no valor bruto da produção agropecuária, foi castigada pelo excesso de chuvas, contribuindo negativamente no desempenho do PIB total da agropecuária, àquela época.

Resta mencionar, as ineficientes políticas adotadas pelos governos federal e estadual para o setor como um todo. Estas políticas só foram eficientes, de alguma forma, para os produtos destinados à exportação. No entanto, alguns pontos-chaves que poderiam amenizar o desempenho negativo do setor na década de 80, como a questão do armazenamento, da comercialização e dos preços mínimos, não foram eficazmente administrados pela esfera federal, prejudicando o comportamento do setor. No que se refere à ineficácia das políticas agrícolas adotadas pelo governo estadual, o secretário Walter Batista, em entrevista concedida à Revista Bahia, Análise e Dados (jun. 92, p.37), revelou que estas não surtiram efeito, pelos seguintes fatores: "prioridade dada ao setor industrial, diante da política global de substituição de importações, que deslocou técnicos e recursos para esta área em detrimento da agropecuária; inexpressividade da Secretaria da

Agricultura da Bahia no orçamento do Estado; pouco respaldo que a agropecuária tinha nos meios políticos, pois as ações de planejamento só auferem resultados a médio e longo prazos; relações de troca desfavoráveis para a agricultura, gerando transferência de renda dos agricultores para os industriais, desestimulando a modernização, e; sistema de comercialização ineficiente devido à sua característica centralizadora".

Na tabela 3.14, pode-se observar alguns dados para agropecuária baiana na década de 80. A exemplo de outras atividades econômicas, ela sofre com a grave crise econômica brasileira que perdurou até 1983. Neste período, a restrição federal ao crédito rural dos produtores, as condições climáticas desfavoráveis, devido a estiagem, atingindo as principais lavouras do Estado, e a forte recessão condicionam o desempenho negativo apresentado pelo setor. No período 1980-1983, como mostra a tabela, o maior decréscimo na variação do PIB agropecuário se dá em 1981 (-6,4%), quando o PIB baiano cresceu no total 1,1%. Entre 1980 e 1984, o PIB agropecuário fica praticamente estagnado, enquanto o PIB total cresce continuamente, puxado, fundamentalmente, pelo setor industrial (LIMA, jun, 1992).

TABELA 3.14
VARIACOES DO PIB DA AGROPECUARIA E DO TOTAL DO ESTADO DA BAHIA

1980-1989

Base: Ano anterior

ANO	AGROPECUARIA	TOTAL
1980	4,8	10,3
1981	- 6,4	1,1
1982	0,3	5,1
1983	3,3	1,7
1984	- 0,3	2,2
1985	33,3	7,9
1986	8,3	6,1
1987	- 12,2	- 3,3
1988	18,0	1,8
1989*	- 4,1	2,0

Fonte: CEI/SEPLANTEC / 1992

* Dado preliminar; falta incorporar os dados da pecuária.

Em 1984, a estiagem cessou, porém o excesso de chuvas na região cacauzeira afetou drasticamente a colheita desta lavoura. Em decorrência, houve variação negativa (-0,3%) no PIB agropecuário, visto ser tal produto o de maior valor na composição do PIB agropecuário. No ano de 1985, o setor apresentou o seu melhor desempenho, uma variação positiva de 33,3%, enquanto o PIB total do Estado crescia 7,9%. Neste ano, duas medidas tomadas pelo governo da recém empossada Nova República foram importantes: a modificação dos Valores Básicos de Custeio; e a elevação dos preços mínimos em média acima da inflação. Isso provocou um crescimento real do volume de recursos para financiamento agrícola próximo de 38,2%, comparando-se com o ano anterior. Essas medidas, mais as boas condições climáticas, viabilizaram o espetacular crescimento da produção. Em 1986, a variação do PIB agropecuário, apesar de inferior em relação ao ano anterior,

continua alta. Algumas medidas positivas foram adotadas naquele ano visando beneficiar os produtores e ao mesmo tempo reduzir a inflação, no âmbito do Plano Cruzado. Extinguiu-se a correção monetária, adotou-se uma política de crédito expansionista, procurou-se diminuir as possibilidades de ganhos no mercado financeiro e estabeleceu-se preços favoráveis aos agricultores.

Já no ano de 1987, passada a euforia consumista do Plano Cruzado, o PIB agropecuário apresenta seu pior desempenho da década de 80, uma variação negativa de (-12,2%), enquanto o PIB total caía 3,3%. Além do desaquecimento econômico, ocorreu uma forte estiagem provocando a quebra de safras. Este fato foi particularmente grave, devido aos incentivos obtidos pelos agricultores no ano anterior, que os induziu a aumentarem a área plantada. Desta forma, com a estiagem a perda foi bem maior. Sem produção, endividados e com juros em elevação os produtores se descapitalizaram.

Particularizando o principal produto agrícola do Estado, o cacau, pode-se afirmar que o mesmo apresentou desempenho favorável até meados da década de 70, favorecido pelos preços internacionais elevados. Este produto tem como principais regiões produtoras Ilhéus, Itabuna, Uruçuca, Itajuípe, dentre outras. Por ser o produto de maior importância na estrutura do valor bruto da produção agropecuária, qualquer alteração substancial no seu comportamento, influencia negativamente o desempenho final do produto do setor como um todo.

Atualmente o Brasil é o 2º produtor mundial de cacau, contribuindo com 15% da oferta mundial, sendo que a Bahia concentra 83% da produção nacional (CAZORLA & MASCARENHAS, junho, 1992, p.54).

Na década de 80, o cacau viveu uma de suas piores crises. A entrada de novos ofertantes, como a Malásia e Costa do Marfim, provocou uma elevação na oferta mundial do produto, fazendo despencar os preços internacionais desta commodity. A deficiente gestão produtiva direcionou boa parte das poupanças gerada nesta lavoura para outras aplicações, deixando-se com isto de investir no aumento da produtividade do setor. Num cenário de preços deprimidos e juros elevados, constata-se também a fragilização financeira dos produtores. E, finalmente, a "vassoura de bruxa" e a "podridão parda" comprometem seriamente a produtividade da lavoura cacauzeira. Para se ter uma idéia da elevação da produção mundial, "o Brasil passa de 392.000 ha cultivados em 1975 para 670.000 ha em 1985, a Costa do Marfim passa de 785.000 para 1.434.000 ha, e a Malásia de 24.000 ha para 225.000 ha" (DIAS, junho, 1992, p.49). Isto provocou um aumento significativo no volume da produção mundial, que salta de 1.733.000 toneladas em 1981 para 2.460.000 toneladas em 1990. Com isso, o volume dos estoques mundiais duplicou no período entre 1975 a 1985, passando de 700.000 toneladas para 1.481.000. Em decorrência desse fato, despencaram os preços internacionais para este produto de "US\$

2.656,00/t média anual em 1984, para US\$ 1.229,00/t em 1991" (CAZORLA & MASCARENHAS, junho, 1992, p.55) um dos índices mais baixos da sua história.

Outro impacto negativo decorrente da crise da cultura cacaueteira na década de 80, diz respeito ao lado social. "Estima-se que na região exista um exército de 200 mil desempregados e subempregados, oriundos das fazendas e de ramos de atividades dependentes da layoura cacaueteira" (DIAS, junho, 1992, p.50).

Como não poderia deixar de ser, as exportações caem drasticamente. Como mostra a tabela 3.15, este produto que chegou a responder por 70% das exportações baianas em 1979, tem sua participação reduzida ao final da década para apenas 26,5% do total exportado.

TABELA 3.15
PARTICIPAÇÃO DO CACAU NAS EXPORTAÇÕES TOTAIS DA BAHIA
1979-1988

(em US\$ 1.000,00)

ANO	Total Bahia	CACAU	
	Valor US\$	Valor US\$	(%)
1979	1.200.198	844.800	70,4
1980	1.086.661	602.607	55,4
1981	1.139.444	501.585	44,0
1982	1.139.942	398.519	35,0
1983	1.351.162	485.136	35,9
1984	2.019.081	683.810	33,9
1985	1.653.829	671.431	40,6
1986	1.199.309	740.748	61,8
1987	1.244.275	441.215	35,5
1988	1.358.358	360.582	26,5

Fonte: Extraído da minuta de carta consulta para reconhecimento da UESC, tendo como fonte primária o Centro de Estatística e Informações. 1992

Apesar deste quadro adverso na agropecuária baiana, particularmente na década de 80, desenha-se ao final da mesma, como já mencionado, uma nova estrutura produtiva no setor agrícola baiano, com a expansão de novas fronteiras. Nessas novas fronteiras expandiu-se a agricultura irrigada, beneficiando a hortifruticultura em Juazeiro-Petrolina, Jaguaquara e Itiruçu e a implantação da agroindústria, através do processamento do tomate no Vale do São Francisco; da soja no Oeste Baiano, do algodão no Vale do Uíui e da carne e do leite em Itapetinga, Feira de Santana e Vitória da Conquista (LIMA, junho, 1992, p.35).

O crescimento expressivo da cultura da soja no Oeste Baiano, na cidade de Barreiras, é um perfeito exemplo desse novo desenho. Os capitais do Sul, Sudeste e Centro-Oeste se interessaram pela região devido às condições favoráveis, como, por exemplo, o baixo preço das terras, a extensa área para o cultivo, o clima favorável e a existência de terrenos propícios. Em 1980, a produção de soja era de apenas 2.224 mil toneladas, ocupando uma área de 1.906 ha. Já em 1984, a produção se eleva para 35,9 mil toneladas, sendo produzidas numa área de 27,6 mil ha. Porém, a afirmação do setor se deu no período de 88/89 quando a produção atingiu 375.313 mil toneladas numa área plantada de 249.733 ha (CPE, 1990, p.211). O beneficiamento dos grãos da soja pelas agroindustrias, poderá dinamizar ainda mais o desenvolvimento desta cultura e do próprio setor agrícola.

A agricultura irrigada injeta no setor agropecuário baiano, um sopro de modernização que poderá tornar irreversível sua reestruturação produtiva. Dentre todos os estados do Nordeste, a Bahia possui a maior área irrigada, com 19,2% do total da região. Como mostra a tabela 3.15, o setor privado responde pela maior parte da mesma no Estado, com 100.559 contra 28.977 do setor público.

TABELA 3.15
NORDESTE E BAHIA
AREAS IRRIGADAS (ha)
Fevereiro - 1990

	IRRIGAÇÃO PÚBLICA ¹	IRRIGAÇÃO PRIVADA ²	TOTAL
BAHIA	28.977	100.559	129.536
NORDESTE	103.813	569.420	673.233

Fonte: SUDENE / 1990

1. PE, CE, BA e MG totalizam aproximadamente 78% do total

2. PE, CE, MG e BA totalizam aproximadamente 75% do total

Contudo, segundo relatório da CPE, a área efetivamente irrigada equivale a apenas 7,9% do potencial que poderia ser utilizado. Ainda de acordo com o mesmo estudo, isso ocorre em grande parte pelo fracasso relativo dos projetos do setor público para a região e da timidez de investimentos pelo setor privado. Algumas ilustrações: "o açude de Cocorobó, retém em seu reservatório 240 milhões de metros cúbicos de água e irriga apenas 732 ha, quando poderia irrigar 4.500 ha; o açude de Jucurici, retém 150 milhões de metros cúbicos e irriga apenas 110 ha, quando poderia irrigar 4.000 ha" (CPE, 1990, p.254).

Os fatos mencionados acima, mostram a necessidade urgente de uma maior articulação entre Estado e iniciativa privada, com o objetivo de aumentar o direcionamento de recursos para a agricultura irrigada, que poderá a vir se constituir num grande pólo de desenvolvimento para a economia do Estado nas próximas décadas.

Com relação a agroindústria, o seu crescimento, como o da própria agricultura irrigada, no final da década de 80, representou outro fator positivo de modernização do agro baiano. A participação estatal foi fundamental na expansão dos complexos agroindustriais, através da implantação de grandes projetos de irrigação realizados sobre a administração da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco). A consolidação desses projetos foi viabilizada através de programas de conversão de dívida em investimento e de uma política de crédito favorável, isto com o apoio de órgãos do governo, como: FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste) e FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste).

Os complexos agroindustriais estão localizados nas denominadas "ilhas de modernidade" nas regiões de Juazeiro-Petrolina e Barreiras, onde são realizados o beneficiamento de produtos como tomate, a uva, o melão, a cebola, a soja, etc. Para a expansão das agroindustrias, o desenvolvimento da irrigação foi um requisito essencial, por apresentar os seguintes efeitos:

a) "maior produtividade e qualidade das culturas; menor ciclo

produtivo, com culturas apresentando até três safras anuais, produtividade esta que não pode ser atingida pela agricultura tradicional;

b) maior concentração da produção, viabilizada através dos projetos de irrigação onde os colonos e empresários se organizam através de um calendário de produção, com prazo previsto para o plantio e colheita, regularizando o fornecimento de matéria-prima para as indústrias;

c) melhor seleção e padronização do produto, já que a irrigação exige cuidados especiais;

d) eliminação quase total de problemas climáticos, desde quando a irrigação anula as intempéries da seca;

e) infraestrutura adequada, devido à política governamental de apoio aos projetos irrigados, no que se refere a energia, vias de acesso, canais de tubulação, contribuindo para a diminuição de custos das indústrias e melhor escoamento da produção;

f) a perecibilidade dos principais produtos da região demandam o processamento quase imediato" (CPE, 1990, p.83-84).

A expansão da agroindústria pode ser comprovada através da tabela 3.16. O ramo de produtos alimentares possui o maior número de indústrias em relação aos demais, no distrito industrial de São Francisco na região de Juazeiro.

TABELA 3.16
 DISTRITO INDUSTRIAL - SAO FRANCISCO
 INDÚSTRIAS EM OPERAÇÃO POR RAMO DE ATIVIDADES
 SETEMBRO DE 1989

RAMOS DE ATIVIDADES	SÃO FRANCISCO
PRODUTOS ALIMENTARES	5
METALÚRGICO	1
PROD. DE MIN. N. MET.	4
MÁDEIRA	2
TEXTIL	1
BEBIDAS	-
RAÇÕES E ADUBOS	-
COUROS, PELES E PROD. SIMILARES	1
ESPUMAS E COLCHOES	-
EMBALAGEM	-
TOTAL	14

Fonte: CEDIC, DIPER / 1990

Em relação à pecuária, esta apresentou, na década de 80, problemas semelhantes aos do setor agrícola, como a estiagem e os baixos preços, estes decorrentes das políticas econômicas contracionistas. A pecuária teve participação em torno de 25% no PIB agropecuário na década de 80.

A criação de bovinos, caprinos e ovinos formam a base da pecuária baiana. A sua exploração é feita de forma extensiva, principalmente os caprinos e ovinos. Dados da (CPE, 1990, p.167), indicam que o Estado da Bahia possui o sexto rebanho bovino do país, o primeiro do Nordeste. O Estado ocupa a primeira colocação em termos de rebanho caprino e a terceira na de ovinos no Brasil. Apesar disso, a pecuária bovina é a de maior importância dentro do setor.

Na década de 80 a pecuária baiana mostrou-se decadente, apresentando baixa produtividade devido ao atraso no seu modo de produção (é utilizado o sistema de monta, quando o mais indicado seria o sistema controlado) e, também, a fatores climáticos como a seca. Em que pese o seu rebanho ter crescido em média 2% ao ano, houve queda no número de abate de 167 mil toneladas em 1980 para 130 mil toneladas em 1988. O consumo per capita cai de 18 quilos no início da década para 11 quilos em 1989. O baixo nível da produtividade leiteira é outro exemplo do atraso tecnológico vivido pela pecuária nos anos 80. Obtem-se no Estado da Bahia uma média anual de 500 litros de leite por vaca, enquanto que a média nacional é de 800 litros e 1.600 litros na Argentina (CPE, 1990, p.178).

As maiores regiões produtoras da pecuária de corte estão localizadas no Leste Baiano, representando em 1988 44% na distribuição geográfica do rebanho, sendo que as principais cidades produtoras são: Itapetinga (a maior delas), Piemonte da Diamantina, Feira de Santana, Serrinha, Agreste de Alagoinhas, Jequiê e Planalto de Conquista. O Oeste Baiano ocupa 34,3%, tendo a Serra Geral da Bahia e Chapadões do Alto do Rio Grande como as maiores produtoras e o Litoral Sul com 19,0%, sendo a Encosta do Planalto o maior produtor. As raças zebuínas e indianas (Nelore, Indubrasil, etc) representam a maior parte do rebanho bovino de corte do Estado.

Com relação à pecuária leiteira, vale destacar o excelente desempenho alcançado pela produção de leite para beneficiamento. Em 1980, a produção de leite beneficiado alcançou a marca de "50 milhões de litros passando para 86 milhões em 1988" (CPE, 1990, p.180). Este crescimento significativo, deve-se à instalação de indústrias de beneficiamento no Estado e a existência de uma demanda potencial, desde quando este produto é destinado basicamente à classe de renda mais elevada. A Bahia conta com 3 unidades de beneficiamento localizadas em Itabuna, Itapetinga e Feira de Santana. A pecuária leiteira, assim como a de corte, é explorada extensivamente, sendo que suas principais regiões produtoras coincidem também com as da pecuária de corte.

Traçado este quadro da evolução do setor agropecuário baiano nos anos 80, analisa-se a seguir a arrecadação do ICMS no mesmo.

A arrecadação de ICMS do setor agropecuário, comparando-se 1989 em relação a 1983, apresentou uma queda de 21,24%. Como mostra a tabela 3.17, o setor agropecuário apresentou taxas negativas em 1983 (-5,67), 1986 (-7,63%), 1987 (-33,73%) e 1989 (-19,65%) superando as taxas positivas dos anos de 1984 (21,08%), 1985 (8,04%) e 1988 (22,39%). No período 1983 a 1989, a agropecuária baixou a sua participação na arrecadação total do ICMS estadual de 4,84% em 1983 para 3,16% em 1989. Outro fato importante extraído da tabela, diz respeito à pequena participação do setor na composição da arrecadação total do ICMS do Estado, tendo apresentado média anual de 4,22% no período mencionado.

TABELA 3.17
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS NO SETOR AGROPECUARIO - BAHIA
1980-1989

ANOS	ARREC. TOTAL - ICMS		ARREC. DO SETOR - ICMS		B/A x 100
	VALOR REAL (A)	VALOR REAL (%)	VALOR REAL (B)	VALOR REAL (%)	
1980	6.918.586	7,07	86.649	(34,06)	1,25
1981	6.564.838	(5,11)	47.506	(45,17)	0,72
1982	7.040.689	7,25	366.518	671,52	5,21
1983	7.116.161	1,07	345.753	(5,67)	4,86
1984	8.068.984	13,39	418.655	21,08	5,19
1985	9.236.559	14,47	452.334	8,04	4,90
1986	10.859.308	17,57	417.825	(7,63)	3,85
1987	9.871.971	(18,30)	276.903	(33,73)	3,12
1988	7.580.916	(14,55)	338.893	22,39	4,47
1989	8.625.753	13,78	272.306	(19,65)	3,16

Fonte: DIARC/ASTEC/SEFAZ / 1990

Nota: Valores corrigidos pelo IGP/DI - março de 1986=100

Elaboração: ASTEC

Observação: Os dados referem-se aos contribuintes cadastrados - RFLX-029.

Esse fraco desempenho da arrecadação do ICMS agropecuário no período, foi influenciado, em grande parte, pelo comportamento declinante dos preços agropecuários. A SEFAZ analisou a "média de preços nominais e o valor real em nível do produtor do Estado da Bahia para os produtos algodão, bovinos, cebola, feijão, sisal e soja, - todos representativos na arrecadação de ICMS do setor agrícola -, e constatou profundas quedas dos seus preços reais praticados na origem, principalmente nos últimos quatro anos. Como exemplo, o algodão, que em 1986 registrou um preço real médio, a tonelada, de NCz\$ 4,14, passa a ser vendido por NCz\$ 2,73 em 1987, NCz\$ 2,95 em 1988 e finalmente NCz\$ 1,96 em 1989. O boi gordo, que alcançara o preço real médio, a arroba (15k) de NCz\$ 0,31 em 1986, registrou NCz\$ 0,17 em 1989. O preço da

cebola, saco com 60 kg, cai de NCz\$ 0,21 em 1986 para NCz\$ 0,12 em 1989. O feijão, após atingir NCz\$ 0,41 de média de preço em 1986, saco de 60 kg, passou para NCz\$ 0,38 em 1987, NCz\$ 0,22 em 1988 e NCz\$ 0,25 em 1989. O sisal, com NCz\$ 2,93 de média de preço anual, a tonelada, em 1986, atingiu NCz\$ 1,56 em 1989. E, finalmente a soja, cultura nova na Bahia, que apresentou uma queda de preço, saco de 60 kg, de NCz\$ 0,16 para NCz\$ 0,06 entre 1986 e 1989" SEFAZ(Agropecuária, 1990, p.15).

Um fato que desperta curiosidade, quando se analisa a arrecadação tributária, diz respeito à pouca similaridade entre as variáveis ICMS agropecuário e FIB agropecuário. Enquanto este, apresentou participação média no FIB total do Estado de 15% na década de 80, a participação da agropecuária na arrecadação total do Estado, não ultrapassou os 5%.

Segundo a SEFAZ(Agropecuária, 1990, p.17), "as causas para a sua contribuição na arrecadação não ser proporcional ao FIB do setor são diversas:

- a) isenções de produtos agrícolas do ICMS;
- b) cobrança do ICMS através de pauta que não acompanha as variações normais dos preços, embora a DAT venha desenvolvendo esforços com essa finalidade;
- c) intensa prática de diferimento no pagamento do ICMS dos produtos agrícolas para o comércio ou a indústria, inclusive através de cooperativas, como aquelas ligadas aos produtos agropecuários. Isso resulta que o ICMS oriundo da agropecuária

vai aparecer na arrecadação do setor industrial ou na arrecadação do comércio;

d) grande quantidade de pequenos proprietários que destinam à subsistência da família quase a totalidade da produção;

e) a sonegação, acentuada em muitos casos".

Desagregando a arrecadação de ICMS do setor agropecuário, no período 86 a 89, por gêneros, obtêm-se os cinco principais: "Criação de Animais", "Caça e Pesca", "Lavoura", "Extração Vegetal" e "Produtos de Origem Animal". Comparando-se o ano de 1989 com 1986, observa-se através da tabela 3.18 que o gênero "Criação de Animais" apresentou crescimento expressivo passando de 22,8% do ICMS arrecadado no setor e 0,8% do ICMS total em 1986 para 42,2% e 1,3% respectivamente em 1989, superando o gênero "Lavoura", o qual decresceu sua participação de 56,9% do ICMS arrecadado no setor e 2,1% no total em 1986 para 36,1% e 1,1% respectivamente em 1989.

TABELA 3.18
ARRECADAÇÃO DO ICMS DO SETOR AGROPECUARIO, POR GÊNERO
1986 - 1989
NCZ\$ 1,00

GÊNEROS	1986		1987		1988		1989	
	SET. %	TOTAL %	SET. %	TOTAL %	SET. %	TOTAL %	SET. %	TOTAL %
Lavoura	56,9	2,19	43,7	1,37	50,2	2,25	36,1	1,14
Extração Vegetal	12,7	0,49	17,6	0,55	10,6	0,48	13,8	0,44
Criação de Anim	22,8	0,98	32,1	1,00	31,3	1,40	42,2	1,33
Prod. de Orig. A.	6,7	0,26	5,8	0,18	6,8	0,31	7,0	0,22
Caça e Pesca	0,7	0,03	0,6	0,02	0,8	0,03	0,7	0,02
ICMS SETOR	100,0	3,85	100,0	3,12	100,0	4,47	100,0	3,15

Fonte: DIARC/ASTED/SEFAZ / 1990

O crescimento significativo alcançado pelo gênero "Criação de Animais" pode ser melhor constatado através da sua participação nas principais DEREFS (Delegacias Regionais Fazendárias), comparando-se o ano de 1989 em relação a 1988. A Delegacia de Itamaraju colocou-se em primeiro lugar na arrecadação do ICMS setorial com 18,9%, nesta o gênero "Criação de Animais" participou com 53,6% do total arrecadado; em seguida aparece a Delegacia de Feira de Santana com 12,8% da arrecadação setorial para o mesmo período, nesta Delegacia o único gênero a apresentar crescimento foi "Criação de Animais" com 19,2%, enquanto que o gênero "Lavoura" caiu 53,1%; a Delegacia de Vitória da Conquista

participou com 9,2% da arrecadação de ICMS do setor, onde o mesmo gênero respondeu com 61,2% do total arrecadado pela Delegacia; e finalmente, a Delegacia de Barreiras que contribuiu com 8,8% da arrecadação do ICMS setorial, surpreendentemente, pois a região é grande produtora de soja, o gênero "Criação de Animais" ocupa a primeira posição no total arrecadado com 51,1%, vindo em seguida "Lavoura" apenas 25,5% respectivamente (SEFAZ, 1990).

Tendo exposto o comportamento dos setores industrial, agropecuário e da arrecadação de ICMS na década de 80, analisaremos no capítulo seguinte as perspectivas expansivas para a economia baiana nos anos 90, abordando os setores químico/petroquímico, celulose, agroindústria e turismo. Estes setores estão sendo considerados como os principais vetores de expansão para a próxima década.

4 - PERSPECTIVAS EXPANSIVAS PARA OS ANOS 90.

4.1 - Química/petroquímica

O setor químico/petroquímico foi o principal vetor de expansão e de transformação da base produtiva da economia baiana nos anos 80. Segmento responsável pela produção de intermediários básicos, o seu bom desempenho na década de 80 só foi possível em virtude do redirecionamento da sua produção para o mercado externo, pois a demanda interna por produtos petroquímicos encontrava-se deprimida em consequência da crise recessiva da economia brasileira. Este bom desempenho pode ser comprovado através da tabela 4.1, onde o seu índice de produção cresceu mais de 50% comparando-se 1989 com 1980.

TABELA 4.1
BAHIA
INDICES DE PRODUÇÃO

ANOS	PETROQUIMICA	IND. TOTAL
1980	100,0	100,0
1981	98,5	98,3
1982	107,4	99,3
1983	113,2	109,0
1984	131,4	115,6
1985	137,5	124,6
1986	145,9	134,8
1987	149,7	136,1
1988	154,2	135,2
1989	163,3	138,4

Fonte: CEI/SEPLANTEC - 1991

Outro dado que comprova a importância deste setor para a economia baiana, refere-se ao lado financeiro. A observação da tabela 4.2

revela que o desempenho deste setor foi ainda mais expressivo na década passada, quando houve variação positiva de 71% nas vendas, comparando-se 1986 com 1989, passando de US\$ 1.994,8 bilhões para US\$ 3.418,6 bilhões respectivamente, enquanto que a sua participação financeira a nível nacional aumentou de 39% para 50% em 1989. Isso mostra o quanto o setor é importante não só no contexto da economia estadual, como no âmbito nacional.

TABELA 4.2

BAHIA

DESEMPENHO DO POLO PETROQUIMICO DE CAMAÇARI - 1986/1989

ANOS	POLO PETROQ. CAMAÇARI		PARTICIPAÇÃO NACIONAL	
	VENDAS MIL TON	MILHOES US\$ VENDAS	FISICA	FINANCEIRA
1986	4.263,9	1.994,8	41%	39%
1987	5.047,3	2.448,0	46%	45%
1988	5.167,8	4.047,9	46%	49%
1989	4.894,1	3.418,6	46%	50%

Fonte: ABIQUIM - 1991

A continuidade do crescimento do setor químico/petroquímico baiano na década de 90, está vinculada ao comportamento dos mercados interno e externo e às suas possibilidades de ampliação.

Estimativas de empresários do setor revelavam que a ampliação do pólo petroquímico, como inicialmente planejada, proporcionaria um crescimento da ordem de 5% no PIB baiano, com reflexos positivos na geração de empregos, principalmente no setor terciário e no aumento da receita estadual através do recolhimento do ICMS,

evoluindo a sua participação no total arrecadado em mais de 60% (LIMA, 1993).

A iniciativa em ampliar o pólo petroquímico baiano, bem como dos demais pólos (São Paulo, Rio Grande do Sul) e da construção do pólo do Rio de Janeiro, decorreu do reaquecimento da economia brasileira já a partir de 1984, o qual estimulou o crescimento da demanda interna por produtos petroquímicos. A idéia da sua ampliação, foi reforçada, principalmente, após as expansões verificadas no PIB brasileiro em 1985, quando este cresceu a uma taxa de 8%, e de 7,5% em 1986. A retomada do crescimento econômico criou perspectivas positivas no meio empresarial para a realização de novos investimentos na década de 90.

Neste sentido, desde 1985 já vinham sendo realizados estudos pela Associação Brasileira da Indústria Química e Produtos Derivados (ABIQUM), com o objetivo de estimar a real necessidade de expansão do setor petroquímico brasileiro. Esses estudos procuraram relacionar as possíveis taxas de crescimento do PIB com o montante dos investimentos necessários, como pode ser observado através da tabela 4.3 (LIMA, 1993).

TABELA 4.3
ESTIMATIVAS DE INVESTIMENTOS DA ABIQUIM (US\$ MILHOES)

PRODUTOS	1990			1995		
	PIB 5% a.a.	PIB 6% a.a.	PIB 7% a.a.	PIB 5% a.a.	PIB 6% a.a.	PIB 7% a.a.
PETROQUIM. BÁSICOS	500	580	680	720	880	1.000
2ª e 3ª GERAÇÕES	908	1.073	1.328	1.318	1.775	2.207
TOTAL	1.408	1.653	2.008	2.038	2.655	3.207

Fonte: SUAREZ (1989)

As projeções da ABIQUIM priorizaram o crescimento projetado do PIB de 7% a.a., crescimento da população de 3% a.a., e a reserva de 20% em média da produção para o exterior, no período de 90 a 95 (COPEC, 1988, citado por LIMA, 1993, p.82). Com base nessas projeções, em fevereiro de 1986, a ABIQUIM sugere investimentos em torno de US\$ 3,4 bilhões a US\$ 5,2 bilhões para a década de 90 (SUAREZ, 1989, citado por LIMA, 1993, p.82).

Com o objetivo de colocar em prática a ampliação da petroquímica brasileira, foi criado em agosto de 1987, o Programa Nacional da Petroquímica (PNP), através de Exposições de Motivos nº 17, com prazo previsto para ser implantado entre 1987 a 1995. A questão principal, antes dessa criação, girava em torno da polêmica de ampliar os polos da Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul ou construir um no Rio de Janeiro. Optou-se então, no PNP, pelo atendimento das duas possibilidades.

Elaborou-se então, um cronograma de investimentos para os produtos de 1ª, 2ª e 3ª gerações nos quatro pólos (tabela 4.4).

TABELA 4.4
PNP - CRONOGRAMA DE INVESTIMENTOS (1987/1995)
BRASIL - US\$ MILHOES

POLO	PRODUTOS		
	1ª GERAÇÃO	2ª GERAÇÃO	3ª GERAÇÃO
RIO DE JANEIRO	820	1.170	1.990
BAHIA	400	600	1.000
RIO G. DO SUL	33	540	578
SÃO PAULO	55	A DEFINIR	—

Fonte: GUERRA (1991)

Esse cronograma de investimentos procurava atender no curto prazo os pólos de São Paulo e Rio Grande do Sul, através do desgargalamento das suas plantas, e no médio e longo prazos, o pólo da Bahia (duplicação) e o do Rio de Janeiro (construção).

Entretanto, quatro fatores, dentre outros, impediram que na prática o cronograma do PNP fosse efetivado:

- 1) as estimativas superestimadas de crescimento do PIB, em torno de 7% ao ano, não se confirmaram;
- 2) as dificuldades financeiras do Estado, impediram-no de realizar novos investimentos, como os exigidos no pólo Rio;
- 3) a idéia privatizante dominante à época, força o afastamento do Estado de qualquer nova onda de investimentos; e

4) as dificuldades em obter-se recursos no exterior (LIMA, 1993). Diante disso, houve uma ampla revisão do PNP, à qual acabou comprometendo a construção do pólo do Rio de Janeiro. No que se refere à duplicação do COPEC, esta também foi afetada, porém em menor grau, pois o mesmo possuía algumas vantagens que não impediram a ampliação de algumas plantas industriais a partir do final dos anos 80, a saber:

- a) os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE;
- b) sua excelente infra-estrutura, e;
- c) o poder financeiro dos grupos privado e nacional (LIMA, 1993).

A prioridade em ampliar o pólo baiano, também apoiada pelo governo federal, não foi uma escolha à toa, isto porque "comparando-se investimentos, verifica-se que em Camargó serão gastos US\$ 772 milhões para produzir eteno, polietileno de baixa e alta densidade, PVC e polipropileno, além de se produzir MVC, e outros perfazendo um investimento total de US\$ 1.123 milhões. O investimento necessário em infra-estrutura para dar apoio a todo este parque adicional é de apenas US\$ 50 milhões. Para localizar estes projetos em qualquer outro lugar ainda não preparado, seria necessário, segundo estimativas de associações do ramo, cerca de US\$ 670 milhões só em infra-estrutura" (COPEC, 1988, citado por LIMA, 1993, p.89).

Como frisado anteriormente, o cronograma de investimentos idealizado para o COPEC, também foi afetado pela política recessiva após o plano de estabilização do Governo Collor. A

queda de 5% da produção petroquímica em 1990, pode ser creditada, em boa parte, a tal plano, ensejando que as empresas do COPEC revisassem seus cronogramas de inversões. Deste modo, ocorreram algumas suspensões temporárias, alguns cancelamentos e outros prolongamentos. Como ilustração "... de 64 empresas consultadas antes e depois do Plano Collor I, sobre projetos de ampliação para a década de 90, pelo menos 20 revelaram reduzir e alongar no tempo seus cronogramas de inversão. A maioria não cogita a duplicação, mas uma ampliação de 20% a 50% da capacidade instalada a serem efetivadas entre 1992 e 1995" (CPE, 1990, citado por GUEERA, 1992, p.5).

Apesar das dificuldades impostas pela situação econômica brasileira, a indústria petroquímica baiana conseguiu manter um razoável patamar de investimentos, através da ampliação da sua Central de Matérias Primas, a COPENE, além de outros investimentos em empresas de 2ª geração como a Poliolefinas e a Politeno.

Com respeito à COPENE, esta recebeu Cr\$ 70 bilhões do FNP, em maio de 1988, para dar início a ampliação de sua planta básica. O término da ampliação estava previsto para o segundo semestre de 1991, entretanto, a conclusão definitiva só ocorreu em agosto de 1992. Foram gastos na duplicação "US\$ 1.061 bilhões, sendo que US\$ 436 milhões (41%) originários de recursos próprios e os US\$ 625 milhões restantes vieram de empréstimos do BNDES (US\$ 422 milhões) e do FINAME (US\$ 88 milhões), além de US\$ 115 milhões de

empréstimos externos" (Gazeta Mercantil 05/08/92, citado por LIMA, 1993, p.92). Através da tabela 4.5, pode-se observar a capacidade de produção da COPENE antes e depois da ampliação.

TABELA 4.5
COPENE: CAPACIDADE ANTES E DEPOIS DA AMPLIAÇÃO (EM 1.000T)

PRODUTOS/INSUMOS	ANTES	DEPOIS
ETENO	460	910
PROPENO	272	562
BUTADIENO	79	165
BENZENO	222	300
TOLUENO	30	35
ORTO-XILENO	70	70
PARA-XILENO	130	130
XILENOS MISTOS	41	50
SOLVENTES C 9	45	35
RESIDUOS DE PIROLISE	60	130
MTBE	68	133

Fonte: Gazeta Mercantil 05/08/92

A ampliação da COPENE, colocou-a como a maior empresa fornecedora de produtos básicos da América Latina. Outros efeitos positivos da duplicação: a empresa fechou o ano de 1992 com 85% da sua capacidade instalada, com perspectivas de alcançar em 1993 uma ocupação de 93% de média. Com relação ao faturamento, estima-se que em 1992 este alcance a cifra de US\$ 780 a US\$ 800 milhões, com possibilidades de atingir em 1993, US\$ 1,1 bilhão (Gazeta Mercantil 11/12/92, citado por LIMA, 1993, p.93).

Os outros investimentos do COPEC ficaram à cargo das empresas de 2ª geração, mais precisamente a Poliolefinas e a Polieteno. A Poliolefinas concluiu a ampliação da sua nova unidade, a

Polioléfinas do Nordeste S/A, em agosto de 1992, tendo gasto US\$ 130 milhões. Desse montante, metade foi originário de recursos próprios e o restante financiado pelo BNDES, BNB e BIRD. Com a ampliação, estima-se um faturamento de US\$ 140 milhões ao ano, com incremento de 33% na produção nacional de resinas (LIMA, 1993).

Com relação a Politeño, esta empresa investiu US\$ 125 milhões para implantação da sua nova unidade, a Politeño Linear S/A, em maio de 1992. A sua produção passará das atuais 135 mil toneladas para 265 mil toneladas ao ano. Outros efeitos importantes da sua ampliação: em 1991 as vendas da empresa atingiram 115 mil toneladas de produtos, com perspectivas de ultrapassar as 160 mil toneladas em 1992. As exportações atingiram 15 mil toneladas em 1991, prevendo-se em 1992 alcançar as 45 mil. A sua contribuição no recolhimento do ICMS em 1991 foi de US\$ 460 mil, estimando-se para 1992, com a nova unidade em operação, um recolhimento em torno de US\$ 1,2 milhão, valor considerado excelente (IMIC, jul, 1992).

Analisando-se com maior detalhe o comportamento da indústria química/petroquímica baiana no início dos anos 90, verifica-se que o ano de 1991 marca o pior desempenho desta indústria, desde a sua implantação. Alguns fatores contribuíram para esse fraco comportamento, tais como: juros elevados; demanda interna por produtos petroquímicos reduzida; estímulo às importações, através de reduções das tarifas; excesso de oferta no mercado mundial e

queda dos preços internacionais. Um outro fator que contribuiu decisivamente para este resultado negativo em 1991, diz respeito às greves dos funcionários da Petrobrás nos meses de fevereiro, março e setembro afetando drasticamente o segmento de refino de petróleo e comprometendo o fornecimento de nafta. O resultado final da indústria química só não foi pior devido ao excelente desempenho verificado no segmento de produtos não derivados do petróleo, que apresentou um crescimento expressivo de 13,1%, amenizando a queda do setor (Tabela 4.6).

TABELA 4.6
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO DO GÊNERO QUÍMICO - IND. TRANSFORMAÇÃO
BAHIA - JAN-OUT/1990-91

GENERO	JAN-OUT / VARIAÇÃO 91-90
QUÍMICA	- 5,4
Prod. quim. exc. derivados de petróleo ⁽¹⁾	13,1
Prod. quim. derivados de petróleo ⁽²⁾	-7,2
. Refino de petróleo	-9,7
. Petroquímicos	-4,5
Matérias plásticas ⁽³⁾	-2,3

Fonte: CEI - Centro de Estatísticas e Informações - 1991

Nota: Dados preliminares

- (1) - Elementos e produtos químicos orgânicos, inorgânicos, exclusive derivados de petróleo.
- (2) - Produtos químicos derivados do processamento do petróleo de rochas oleígenas, do carvão de pedra e do álcool.
- (3) - Matérias plásticas, plastificantes, fios e fibras artificiais e sintéticas.

Depois de apresentar desempenho negativo em 1991, decorrente dos fatores já mencionados, o setor químico/petroquímico apresenta

crescimento em torno de 6% a 7% em 1992. Esta melhora em seu desempenho deve ser creditada, sobretudo, à maturação dos investimentos na Central de Matérias Primas (COPENE) e em outros setores, como o de termoplásticos.

O sub-setor de refino de petróleo, que em 1991 apresentou queda de -9,7%, em decorrência principalmente das greves na Petrobrás, recuperou-se em 1992 quando cresceu 11,2%.

Este comportamento apresentado pelo setor químico em 1992, refletiu positivamente no índice geral da indústria de transformação, que apresentou crescimento em torno de 5% (FIGUEIROA, 1992). Os números, mais uma vez, revelam a importância do setor químico/petroquímico como estimulador do desenvolvimento industrial, proporcionando efeitos multiplicadores na economia, desde quando ele é o mais representativo no contexto da economia baiana.

Em 1993, espera-se um desempenho ainda mais expressivo da indústria de transformação em relação a 1992. Estima-se que a mesma deva crescer em torno de 9%, devendo a indústria química/petroquímica apresentar um crescimento próximo de 8%, em decorrência da ampliação do COPEC no final de 1992. Segundo (FIGUEIROA, 1993), se estes tivessem sido realizados, a indústria cresceria apenas 3%. Mais precisamente, "Os investimentos realizados na planta de produtos básicos, foram fundamentais para a elevação do volume produzido possibilitando que o gênero

químico apresentasse crescimento acumulado em setembro/93 de 10,4%. Se os mesmos investimentos não fossem realizados, o crescimento seria de 4%.

Já as exportações do setor químico/petroquímico decresceram no ano de 1990 em relação a 1989. Este decréscimo foi provocado pela super oferta internacional e o conseqüente aviltamento dos preços. Em 1989, o valor exportado alcançou US\$ 481 milhões caindo para US\$ 378 milhões em 1990. Já em 1992 o setor recuperou-se crescendo 25,2% em relação a 1991, conforme tabela 4.7. A análise dos dados mostra a importância que este setor representa para a economia estadual. Apesar de não ter liderado em termos de crescimento, comparando-o, por exemplo, com o item Frutas e suas preparações (79,3%), derivados de petróleo (62,4%) e fumo e derivados (26%), sua participação na pauta de exportações do estado continuou sendo a maior (33,3%).

TABELA 4.7
 EXPORTAÇÕES BAIANAS - 1992 (EM US\$ MIL FOB)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	CRESC. 92/91 (%)	PART. %
QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS	468.964	25,2	33,7
METALÚRGICOS	306.252	5,6	22,0
CAÇAU E DERIVADOS	185.824	- 11,2	13,3
MINERAIS	29.470	- 2,3	2,1
FUMO E DERIVADOS	27.979	26,0	2,0
DERIVADOS DE PETRÓLEO	142.151	62,4	10,2
FRUTAS E SUAS PREPARAÇÕES	66.623	79,3	4,7
SISAL E DERIVADOS	40.614	- 28,1	2,9
DEMAIS PRODUTOS	122.281	26,1	8,8
TOTAL	1.390.158	16,4	100,0

Fonte: A TARDE - 02/02/93

Concluindo, observa-se que a indústria química, particularmente, a baiana, guarda estreita relação com o ambiente macroeconômico. Para que o setor possa continuar crescendo é crucial a estabilização econômica com a conseqüente retomada do crescimento econômico, uma vez que as perspectivas para o mercado externo não são animadoras, devido ao crescimento da capacidade produtiva mundial, crescimento esse que não deverá ser eliminado tão rapidamente. O aquecimento do mercado brasileiro poderá induzir novos investimentos com a duplicação de outras plantas no DOPEC, gerando efeitos multiplicadores sobre o restante da economia baiana.

4.2 - Celulose

As perspectivas de expansão da economia baiana para os anos 90, passam não só pela ampliação do pólo petroquímico de Camaçari, mas também, pela implantação da indústria de papel e celulose. Este setor, vem sendo considerado como um dos principais vetores de crescimento econômico do Estado para os próximos anos. Isto devido as perspectivas que se abrem para o mesmo, tanto no âmbito do mercado interno como no externo.

A implantação dessa indústria na Bahia, tornou-se possível em virtude das vantagens comparativas em relação a outros estados do Brasil e outros países. São elas: as excelentes condições edafoclimáticas favoráveis ao cultivo do eucalipto e do pinus; a espetacular produtividade que alcança o setor florestal baiano, chegando a ser até dez vezes superior a de alguns países produtores, como a Suécia, onde a idade para corte da árvores é de 70 anos, ao passo que na Bahia é de apenas 7 anos; e a disponibilidade de terras para o reflorestamento.

Existem no estado três distritos florestais com um total de área disponível para investimentos em torno de 5.000.000 de hectares, são eles: O Distrito Florestal Sul, onde encontra-se instalada a Bahia Sul; o Distrito Florestal Norte, com o projeto NORCELL e o Distrito Florestal Oeste, sem projeto definido.

O projeto da Bahia Sul Celulose, no Distrito Florestal Sul, já está concluído e produzindo. O outro projeto, o da empresa NORCELL, encontra-se atualmente paralisado. A matéria-prima está disponível, mas para a construção da fábrica foi realizada apenas o serviço de terraplenagem. Alega-se que, além da conjuntura recessiva da economia brasileira e da queda dos preços da celulose no mercado internacional, não foi possível obter o total do capital necessário ao empreendimento, em razão de dificuldades vividas por um dos três sócios. Esta empresa surgiu da associação da COPENE com a RIOCELL S.A. Sua pretensão é instalar uma unidade industrial que produza celulose química branqueada de qualidade PRIME. Estima-se que ela atinja, quando entrar em regime de produção, 420 mil ton/ano. Os investimentos previstos são da ordem de US\$ 1 bilhão. Calcula-se que este projeto ofertará 2.835 empregos diretos. Destes, 1.850 na área florestal e 985 na área industrial. Projeta-se, ainda, que serão oferecidos mais de 2.000 empregos indiretos na área florestal e 1.045 indiretos na área industrial (CPE, 1990). A consolidação desses projetos trará repercussões sócio-econômicas das mais expressivas para a economia do Estado no restante da década, como será visto mais adiante.

A Bahia Sul Celulose está instalada nas proximidades da rodovia BR-101 e do Rio Mucuri, a 900 Km ao sul de Salvador. A área de atuação dessa empresa envolve os municípios de Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas, Alcobaça e Teixeira de Freitas. A empresa surgiu no final de 1987, a partir da associação entre as

Companhias Vale do Rio Doce e Suzano de Papel e Celulose, com ENDESPAR e o International Finance Corporation - IFC/BIRD. A sua construção foi iniciada em julho de 1989, sendo que a sua primeira unidade entrou em operação em 1992, com a produção de celulose branqueada de fibra curta e no começo de 1993 entrou em operação a unidade produtora de papel de imprimir e escrever. A matéria-prima básica é o eucalipto.

"A capacidade instalada da Bahia Sul permite a produção de 500 mil toneladas/ano de celulose, metade dos quais deverá ser transformada em papel pela própria empresa" (BATISTA, COSTA, nov.1992, p.4).

A tabela 4.8 mostra as perspectivas de produção até 1995, o número de empregos diretos e o valor real investido no projeto, são, respectivamente, de 4.434 empregos diretos, sendo 914 na área industrial e 2.520 na área florestal, e US\$ 1,4 bilhão.

TABELA 4.8
PROJETOS BAHIA SUL CELULOSE - PERSPECTIVAS DE PRODUÇÃO E EMPREGO
1992-1995

EMPRESA / ATIVIDADE	INVEST. MILHOES (US\$)	Evol. da Prod.(1000 Ton)				EMPREGOS DIRETOS
		1992	1993	1994	1995	
BAHIA SUL	1.400	353	420	420	420	
Industrial						914
Florestal						2.520
TOTAL	2.200	353	420	420	420	3.434

Fonte: BAHIA SUL / 1991

Os dados constantes da tabela 4.9, mostram a produção real de celulose e papel na Bahia em 1992 e 1993, sendo que desses números mais de 95% correspondem a produção da Bahia Sul. Comparando-se o mês de janeiro de 1993 com janeiro de 1992, constata-se uma variação expressiva de 853% na produção de celulose. Ainda de acordo com a tabela, houve um aumento de 58% na produção total de celulose, comparando-se 1993 com 1992. Em 1993, a Bahia Sul iniciou sua produção de papel, fazendo com que a produção total do estado crescesse 175%.

TABELA 4.9
BAHIA - PRODUÇÃO DE CELULOSE E PAPEL (TON)

ANO/MES	CELULOSE	PAPEL
1992	277.469	53.677
JAN	3.576	4.194
FEV	3.596	4.503
MAR	7.807	4.199
ABR	17.987	4.528
MAI	25.695	4.609
JUN	24.144	4.268
JUL	30.545	4.305
AGO	29.625	4.260
SET	31.765	5.030
OUT	35.070	4.424
NOV	29.202	4.586
DEZ	38.457	4.771
1993	439.097	147.629
JAN	34.068	4.321
FEV	34.128	6.932
MAR	25.115	10.028
ABR	30.358	7.034
MAI	35.595	12.051
JUN	40.618	14.501
JUL	41.043	14.236
AGO	41.503	17.140
SET	30.092	14.595
OUT	41.284	14.592
NOV	41.917	14.300
DEZ	43.376	17.899

Fonte: CEI - 1993

Obs: Os dados representam mais de 90% da produção baiana.

Ela ocupa uma área de 102.000 hectares, sendo 60.000 ocupados com florestas implantadas de eucalipto, 30.000 com floresta nativa e 12.000 destinados a infra-estrutura. A maior parte da sua produção é destinada para o mercado externo (80% de celulose e 40% de papel).

Este importante empreendimento poderá proporcionar à região e à própria economia baiana significativos efeitos positivos, alguns dos quais são analisados a seguir. Em primeiro lugar, deve-se destacar que a Bahia Sul ao ser atraída para a região estimulou a atividade reflorestadora, o que deverá motivar o aparecimento de outras empresas produtoras de celulose. Em segundo lugar, sua presença poderá proporcionar a reativação da indústria madeireira, pois a mesma encontra-se em processo de "desmonte" devido à exploração predatória da floresta nativa, dificultando, desta forma, a obtenção da matéria-prima. As atividades comerciais, por sua vez, já vêm apresentando crescimento expressivo, constituindo-se no principal vetor dinâmico do maior centro urbano regional, a cidade de Teixeira de Freitas (BATISTA, COSTA, nov. 1992).

No que se refere ao lado social, os efeitos também estão sendo positivos, pois a Bahia Sul construiu núcleos habitacionais que irão atender não só aos seus funcionários, mas também à própria comunidade. Foram construídas 250 casas em Mucuri, 50 em Teixeira de Freitas e no povoado de Itabatan 275 casas.

Por último, outro impacto importante sobre a indústria local, referir-se à possibilidade de se instalar na região indústrias que utilizam o papel como matéria-prima, destacando-se entre essas a de embalagens.

Portanto, as perspectivas que se abrem com este novo empreendimento são muitas. O complexo da celulose impactará mais intensamente as cidades de Mucuri por sediá-la Bahia Sul, e por ser um município pouco desenvolvido; o povoado de Itabatan por ser o núcleo urbano mais próximo à fábrica; e finalmente, Teixeira de Freitas, por ser o maior centro regional em condições de atender às novas demandas emergentes, além de ser a sede da Bahia Sul Florestal (BATISTA, COSTA, nov.1992).

A presença do Estado será crucial para que se tornem realidade esses efeitos multiplicadores, que certamente aparecerão com a consolidação do complexo Bahia Sul Celulose. "A fragilidade da infra-estrutura da região constitui-se, senão num fator impeditivo, pelo menos num grande limitante ao surgimento de atividades industriais e também de vários segmentos da área comercial e de prestação de serviços em moldes mais modernos. A solução do problema de fornecimento de energia elétrica parece ser a grande aspiração das lideranças políticas e do empresariado local" (BATISTA, COSTA, nov.1992, p.11).

Deve-se destacar também a alteração que a indústria de celulose poderá provocar na estrutura da indústria estadual. Segundo estimativa da CPE, este segmento passará dos atuais 2% de

participação no Valor Agregado Industrial para aproximadamente 16% do VAB industrial no final da década. Confirmada essas estimativas, ele será um dos principais vetores de crescimento da economia estadual, tornando-se o segundo mais importante na estrutura do produto industrial, desbancando assim, o setor metalúrgico.

A ascensão da indústria de celulose repercutirá, sem dúvida, sobre as finanças públicas estaduais, mais precisamente sobre a arrecadação de ICMS. Os cofres públicos serão beneficiados, uma vez que a celulose foi classificada pelo governo federal como produto semi-elaborado. Conseqüentemente, haverá a tributação de ICMS quando da sua exportação. Como a sua produção será direcionada basicamente para atender ao mercado externo, isto contribuirá para o aumento da receita estadual. "O acréscimo na arrecadação poderá ser da ordem de US\$ 18 milhões/ano" (IMIC, jul.1989, p.7).

Tal acréscimo poderá ser menor, caso as empresas tenham êxito nas suas pressões sobre o governo federal, visando substituir a atual classificação da celulose de produto semi-elaborado para industrial, deixando pois de ser tributado quando da sua exportação. A alegação dos investidores é de que a não substituição, e a cobrança daí decorrente, inviabilizará os investimentos, pois não cobrirá a taxa de retorno do mesmo. Como já mencionado, alegam eles que os principais concorrentes do Brasil isentam as empresas instaladas de pagarem o referido imposto.

Concluindo, apesar de absorver pouca mão-de-obra em relação ao capital investido, a celulose proporcionará uma nova dinâmica e transformação da base produtiva da região, contribuindo para fixar atividades econômicas produtivas e rentáveis no interior, difundindo esse desenvolvimento também para o restante da economia baiana. Assim, a presença deste novo segmento industrial poderá proporcionar a diversificação e a desconcentração da indústria estadual, que, atualmente, depende, basicamente, do desempenho dos setores químico/petroquímico e metalúrgico.

4.3 - Agroindústria

O dinamismo apresentado pelo setor agroindustrial no final da década passada, coloca-o como mais um importante vetor de crescimento da economia baiana para a década de 90. Esse crescente desenvolvimento da agroindústria baiana foi motivado por alguns fatores, tais como: o esgotamento da fronteira agrícola nas tradicionais regiões produtoras do País; o aumento da área irrigada no Nordeste, particularmente na Bahia, e; as vantagens em relação ao Centro-Sul por não haver geadas (CPE, 1991).

A expansão da agroindústria alterou de forma qualitativa e expressiva a estrutura, até então atrasada, da agropecuária baiana. Com atividades modernas e capitalizadas, a agroindústria transformou sensivelmente as regiões de Juazeiro (Submédio São Francisco) através do processamento da hortifruticultura e do Oeste Baiano, tendo Barreiras como o grande centro polarizador com a produção de grãos.

A região do Oeste Baiano está sendo considerada uma área de grande potencial para futuros empreendimentos agroindustriais, além dos já existentes. Esta perspectiva decorre do alto padrão tecnológico que está sendo empregado na cultura da soja, beneficiando, desta forma, a modernização da região e abrindo caminho para a implantação de novos complexos agroindustriais em

atividades que possuem grandes possibilidades, até o final da década, de se desenvolverem, como a suinocultura e a avicultura.

Na região existem três unidades agroindustriais para o esmagamento dos grãos de soja, são elas: a Oleos Vegetais da Bahia (OLVEBASA), a CEVAL e a Indústria Coelho S/A que está sendo instalada na região. A OLVEBASA, segundo estimativas de seus diretores, deverá produzir cinco milhões de latas de óleo em 1994, volume este superior em 25% ao verificado em 1993. Isto, entretanto, só se concretizará caso a safra de 1994 alcance a cifra prevista de 750 mil a 800 mil toneladas ano. Com isso, a empresa terá capacidade para esmagar 270 mil toneladas/ano de soja, 51.300 t/ano de óleo refinado e 215 mil t/ano de farelo peletizado. Um fato importante a ser destacado, diz respeito que, além da safra normal que será colhida em março, os produtores da região colherão neste mês de fevereiro 15 mil toneladas de soja irrigada. Os produtores anteciparam o plantio para os meses de agosto e setembro com o objetivo de suprir as indústrias da região no período de entressafra. A OLVEBASA vem incentivando a soja irrigada - com o financiamento dos insumos utilizados pelo produtor desde o ano passado. O resultado tem sido expressivo, pois, atualmente, Barreiras já conta com 50 mil hectares de "pivot" central, obtendo uma produtividade de 70 sacas por hectare, amplamente superior à média obtida pela agricultura tradicional que é de 35 sacas por hectare. Em relação aos preços pagos ao produtor pela saca de soja no período de colheita, estima-se que estes devem atingir US\$ 10 a US\$ 10,5, valor

superior ao verificado em 1993, quando alcançou US\$ 8 em média. Para os diretores da empresa, esta boa performance dos preços deve ser creditada ao financiamento direto que o produtor vem recebendo das indústrias de soja e das boas condições climáticas na região (A TARDE, 03/02/94).

Já a CEVAL tem capacidade para processar 450 mil toneladas/ano de soja. A Indústria Coelho S/A, terá capacidade para processar 300 mil toneladas/ano de farelo e óleo de soja (CARNEIRO, 1993). A previsão de produção dessa nova unidade de processamento está incorporada nos dados apresentados na tabela 4.10, que mostra as perspectivas da produção de grãos até o ano 2000, no Oeste da Bahia. Estima-se que a região será uma grande produtora brasileira, principalmente de soja, que deverá passar das atuais 480 mil ton/ano para 3.600 milhões ton/ano no ano 2000.

TABELA 4.10
PRODUÇÃO DE GRÃOS NO OESTE DA BAHIA
ATUAL E PREVISTA

Em mil t

PRODUTO	VOL. ATUAL	PREVISTO	
		1995	2000
SOJA	480 ^(a)	1.700 ^(b)	3.600
MILHO	167	500	1.000
ARROZ	90	250	500
FEIJÃO	40	180	350
TOTAL	777	2.630	5.450

Fonte: Volume atual: IBGE/GCEA, PMT/BA e CPE, 1993

(^a) A previsão para a safra de 1992/93 é de 720 mil ton. (CAR/SEPLANTEC).

(^b) As empresas processadoras preveem para esse patamar um excedente exportável próximo a um milhão de toneladas.

A tabela mostra ainda, que a região Oeste não depende apenas do cultivo da soja, existe também a cultura do milho, que pode saltar das atuais 167 mil t/ano para 1.000 milhão t/ano em 2000, do arroz, que pode aumentar de 90 mil t/ano para 500 mil t/ano, e do feijão que deverá aumentar dos 40 mil t/ano para 350 mil t/ano.

O crescimento no número de unidades de esmagamento de grãos, que permitirá a obtenção de produtos finais como o farelo peletizado, abrirá grandes perspectivas para o surgimento de atividades que poderão se beneficiar do mesmo, na forma de ração, como a suinocultura e avicultura. A viabilização das mesmas estará assim garantida, devido à sua proximidade da matéria-prima, ensejando custos mais baixos. Vale mencionar que o milho e a soja representam 65% e 25%, respectivamente, do custo de produção da ração.

Além desse, existem outros fatores favoráveis ao desenvolvimento dessas atividades como: as boas condições edafoclimáticas e o grande mercado consumidor que é o Estado da Bahia, o maior do Norte e Nordeste. Um ponto importante a destacar, com o surgimento futuro dessas novas atividades, diz respeito a que elas deverão ser o embrião de agroindústrias processadoras de carnes, diversificando ainda mais o complexo agroindustrial da região. Todavia, para que essa expansão da agroindústria e conseqüentemente da própria região Oeste da Bahia se efetive, se faz necessário uma melhoria nas condições infra-estruturais,

particularmente as relacionadas aos transportes e à energia elétrica.

O Baixo Médio São Francisco representa outro grande potencial de expansão para as agroindústrias, além das já existentes. Os projetos de irrigação incorporados à região de Juazeiro, contribuíram positivamente para a instalação de complexos agroindustriais voltados para o processamento de frutas e hortaliças, que resultam na produção de sucos e conservas alimentícias. Aqui, mais uma vez, será crucial a participação do Estado no seu papel de atrair novos investimentos agroindustriais para a região, através do fornecimento de suporte tecnológico e de investimentos em infra-estrutura viária, energética, portuária, etc.

Em relação ao Sul do Estado, são grandes as perspectivas de implantação de um importante complexo agroindustrial, o do Dendê. Este projeto poderá proporcionar a diversificação e o desenvolvimento da região e da própria economia baiana, tornando-se mais um vetor de expansão, pois o óleo de dendê, possui excelente valor econômico. Esse valor econômico está associado às potencialidades listadas a seguir:

a) o mencionado óleo possui privilegiada composição de ácidos graxos, podendo produzir, a partir da hidrogenação, um grande número de gorduras vegetais, com destaque para a margarina - à custo de transformação bastante inferior aos dos demais óleos vegetais;

- b) ele já é usado em uma série de produtos químicos - farmacos, produtos de higiene e cosméticos, tintas, vernizes, lubrificantes e solventes;
- c) são grandes as possibilidades do mesmo vir a se transformar numa importante alternativa energética na condição de substituto do diesel;
- d) em decorrência de suas excepcionais qualidades lubrificantes, o óleo de dendê é utilizado na laminação de fio de aço nas siderúrgicas. É empregado, também, na siderurgia como proteção anti-oxidante das chapas estanhadas, como óleo de decapagem e ainda no processo de fabricação de chapas chumbadas por imersão quente (CPE,1991).

O Estado da Bahia e a região Amazônica são os principais produtores do país. Entretanto, essa produção é muito diminuta, em face do pouco incentivo ao seu incremento, decorrente de sua pequena utilização econômica, quando comparada com outros óleos vegetais.

Por conta disto, espera-se uma participação mais efetiva do governo baiano, junto com o governo federal, com o objetivo de expandir o complexo agroindustrial do dendê, pois começa-se a observar incrementos na sua demanda, forçando, em consequência, a importação do produto devido à sua baixa produção interna. Neste sentido, o governo federal elaborou um programa junto ao Ministério da Agricultura, o PRONADEN, para estimular o desenvolvimento da produção do dendê no país. O governo estadual,

por sua vez, vem participando da formulação do PRONADEN, além de incluir o dendê nas linhas de crédito do FNE.

A Bahia apresenta um potencial de 4 milhões de hectares, além de possuir algumas vantagens comparativas em relação ao seu principal concorrente, a região Amazônica, particularmente o estado do Pará, destacando-se:

- a) infra-estrutura adequada nas áreas de cultivo, localizadas no Recôncavo e Litoral Sul;
- b) características climáticas favoráveis, pois impedem o surgimento de pragas e doenças, frequentes na região Amazônica;
- c) localização geográfica ideal por estar mais próximo aos principais mercados consumidores do país (CPE, 1991).

Sintetizando, o estímulo ao aparecimento de novos complexos agroindustriais, dependerá da ação do Estado investindo em infra-estrutura para melhoria da malha viária, portuária, energética. Caberá ao Estado, também, dar o suporte técnico necessário. Resolver estas questões, tornar-se-á crucial no sentido de dar continuidade ao desenvolvimento crescente da agroindústria que se verificou no final dos anos 80. Com isso, será possível atrair o capital privado a investir nessas regiões. A agroindústria, pelo que foi abordado, apresenta grandes perspectivas de continuar sendo um importante vetor de expansão, contribuindo para a dinamização e modernização do setor agropecuário e da própria economia baiana.

4.4 - Turismo

Uma das metas prioritárias do atual governo estadual, ao tomar posse em 1990, foi a de revitalizar o turismo baiano, não só a nível regional, mas, sobretudo, a nível nacional e internacional. Entendem os responsáveis pelo planejamento estadual, que este segmento, dada as potencialidades da Bahia, se constitui num importante vetor de crescimento para a economia. Neste diagnóstico, a revitalização se faria necessária, uma vez que outros estados nordestinos, a partir do final da década de 80, vinham ocupando espaços antes detidos pelo turismo baiano.

Os fatores que mais teriam contribuído para a queda do turismo no Estado, seriam os seguintes:

- 1) a crise que se abateu sobre a economia brasileira após o fracasso do Plano Cruzado em 1986, provocando perda de poder aquisitivo da classe média, principal extrato da sociedade a utilizar esta atividade;
- 2) a violência urbana no Rio de Janeiro, que ao afastar o turista estrangeiro do principal "portão de entrada" brasileiro, impacta adversamente o turismo nacional. Pesquisas realizadas sobre turismo receptivo nos meses de janeiro e fevereiro de 1993, apontaram que "é expressivo o número de turistas que em visita ao Rio, vem à Bahia 15,7%" (ROVETTA, 1993, p.65); e
- 3) o descaso da administração passada (1986 a 1989), que teria ignorado completamente a importância desta atividade como indutora do desenvolvimento econômico do estado.

Uma outra importante justificativa para a revitalização do turismo baiano, seria dada pelos efeitos diretos e indiretos que esta atividade traz para uma economia. Os efeitos diretos produzem reflexos no balanço de pagamentos, no nível do emprego e na redistribuição de renda. Os indiretos estimulam outros setores da economia e dinamizam a arrecadação tributária.

No que se refere ao balanço de pagamentos, este efeito se torna positivo para o país e para a Bahia, na medida que a receita turística gerada pelos estrangeiros proporciona um incremento de divisas.

Com relação ao crescimento do nível de emprego, este se verifica em decorrência do aumento da demanda turística, abrindo-se com isto perspectivas de trabalho em ramos ligados direta ou indiretamente a esta atividade (hotéis, alojamentos, agências de viagens, etc.).

A redistribuição de renda, por sua vez, ocorreria tanto no âmbito externo, com os países mais desenvolvidos, considerados emissores turísticos, gerando receita para os países em desenvolvimento (receptores turísticos), quanto no âmbito interno, repetindo-se o mesmo fenômeno entre estados ricos e pobres.

Quanto aos efeitos indiretos, destaca-se o efeito multiplicador sobre outras atividades, principalmente no comércio e serviços e suas repercussões sobre a arrecadação de impostos, através dos gastos e receitas geradas pela atividade turística.

Neste contexto, o órgão oficial de turismo do estado, a BAHIATURSA, foi reestruturada em 1991, através da junção das empresas que trabalhavam em prol do desenvolvimento do turismo (Bahiatursa, Entur e Conbahia). Ele passa a atuar nas seguintes áreas: marketing, operações e investimentos.

Nas duas primeiras áreas articulou-se uma maciça campanha nos diversos meios de comunicação (televisão, jornais, revistas, etc) tanto a nível nacional como, principalmente, a nível internacional, com o objetivo de conquistar o turista estrangeiro. Além disso, houve uma expansão em 1993, do número de vôos internacionais com destino a Salvador. O "Aeroporto Internacional 2 de Julho passou a receber, semanalmente, 86 vôos internacionais, sendo 27 regulares, o que estimulou o crescimento em 43% no movimento de passageiros internacionais, sustentando taxas positivas de 1,8% no movimento global" (ROVETTA, 1993, p.65). Segundo matéria publicada no Jornal A Tarde de 18/01/94, só nos primeiros 13 dias do mês de janeiro/94 desembarcaram, em Salvador, 4.680 estrangeiros, número este superior ao verificado para todo o mês de janeiro de 1993 (4.460).

A análise da tabela 4.11, mostra que houve aumento de 25,5% no número de turistas estrangeiros para Salvador, enquanto caía em 15,6% o fluxo de turistas estrangeiros para o Brasil, no período 1988-92. Além disso, observa-se que Salvador apresentou uma taxa média de crescimento anual positiva de 5,9%, ao passo que para o Brasil, essa taxa apresentou-se negativa (-4,2%), fato que demonstra a boa performance do turismo baiano a nível nacional.

TABELA 4.11
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TURISTAS INTERNACIONAIS EM SALVADOR E
BRASIL
1988-1992

ANO	CHEGADAS	INDICE	CHEGADAS	INDICE
	SSA (MIL)	1988=100	BRASIL (MIL)	1988=100
1988	97,6	100,0	1.742,2	100,0
1989	117,5	120,4	1.402,9	80,5
1990	99,2	104,6	1.091,1	62,6
1991	106,6	109,2	1.190,7	68,3
1992	122,5	125,5	1.470,5	84,4
TOTAL	543,5		6.898,1	
Taxa média cresc. Anual	5,9		(4,2)	

Fonte: Elaboração da GECOM com base em dados da BAHIATURSA, da
EMBRATUR e da O.M.T

Com respeito a receita turística em Salvador, verifica-se através da tabela 4.12, que houve, para o mesmo período, aumento de 57,8% na receita gerada pelos turistas estrangeiros. Já para o Brasil, como um todo, esse crescimento foi mais modesto (20,3%).

TABELA 4.12
EVOLUÇÃO DA RECEITA DO TURISMO INTERNACIONAL EM SALVADOR E BRASIL
1988-1992

ANOS	SALVADOR		BRASIL	
	RECEITA US\$ (MIL)	INDICE	RECEITA US\$ (MIL)	INDICE
1988	35.513	100,0	1.642.759	100,0
1989	45.969	129,4	1.224.821	74,6
1990	35.168	99,0	1.444.171	87,9
1991	41.003	115,5	1.558.800	94,9
1992	56.030	157,8	1.976.390	120,3
TOTAL	213.703		7.846.941	
Taxa média cresc. Anual	12,1		4,7	

Fonte: Elaboração da GECOM com base em dados da BAHIAATURSA, da EMBRATUR e O.M.T.

Ainda de acordo com as tabelas 4.11 e 4.12, constata-se que a receita gerada pelo turista estrangeiro é mais expressiva do que o próprio fluxo. Comparando-se os índices apresentados nos mesmos para Salvador, nota-se que enquanto o índice de fluxo cresceu 25,5%, o índice de receita aumentou 57,8%. Esse efeito multiplicador tem aumentado as ações das autoridades ligadas ao turismo, no sentido de atrair cada vez mais o turista internacional.

No que tange a área de investimentos, a estratégia tem sido a captação de novos projetos turísticos e a administração dos hotéis pertencentes a Bahiatursa e do Terminal Turístico Marítimo. Adicionalmente, a Bahiatursa procurou definir desde

1991, importantes linhas de ação a serem perseguidas ao longo da gestão. Elaborou-se um Programa de Desenvolvimento Turístico para o Estado, chamado "Master Plans", com a intenção de revitalizar o turismo em algumas áreas importantes (Salvador, Ilhéus e Porto Seguro) e também criar novos pólos de atração. As áreas beneficiadas por esse projeto, foram aquelas dotadas de tradição turística, variedades naturais e de infra-estrutura, como Salvador, o Litoral Norte, o Litoral Sul e a Chapada Diamantina.

Para atingir esses objetivos, foram estabelecidas as seguintes diretrizes:

- a) a restauração e revitalização do Centro-Histórico (Pelourinho e adjacências). O setor público dotou-o de infra-estrutura e concedeu linhas especiais de crédito para a exploração pelo setor privado de vários empreendimentos, tais como: lojas de artesanato, centros culturais, restaurantes, etc. Atualmente, o Centro-Histórico tem sido o principal ponto turístico da cidade. Outros exemplos são: a recuperação do Teatro Castro Alves, constituindo-se num dos mais modernos teatros do país; o novo Centro de Convenções, a recuperação externa da Lagoa do Abaeté; a instalação do Free Shop no Aeroporto Internacional 2 de Julho; a criação de novas linhas regulares e charters de vôos internacionais; o aumento do efetivo policial nos principais pontos turísticos e a restauração do Solar do Unhão;
- b) a conclusão da "Linha Verde" no Litoral Norte, estrada que liga a Bahia ao Estado de Sergipe. Com a construção da estrada, atravessando uma região praticamente inabitada, o setor público

deu o primeiro passo para consolidar mais um novo pólo turístico;

c) ampliação e modernização do aeroporto de Porto Seguro, com o objetivo de atender a demanda nacional e internacional, dinamizando assim o turismo no Litoral Sul. A importância do segundo pólo turístico do Estado, pode ser comprovada pelos dados abaixo. "Os gastos médios diários realizados por turistas está em torno de US\$ 22,10 sendo que os registrados para Salvador são de US\$ 19,78" (BURMAN & SANTANA, 1993, p.66). Outro destaque, ainda segundo as autoras, diz respeito ao tempo de permanência na cidade, que em média é de 11,25, superando os 9,5 dias de Salvador, sendo que o turista estrangeiro permanece por mais tempo do que o nacional. Vale ainda realçar o fato de que após sua ampliação "o aeroporto de Porto Seguro apresenta um intenso movimento de desembarque e embarque de turistas, superando, inclusive, Fortaleza" (A TARDE, 18/01/94);

d) recuperação da malha viária e esforço na melhoria da infraestrutura na região da Chapada Diamantina, tendo como base a cidade de Lencóis. A idéia é incentivar na região o chamado turismo ecológico.

Em suma, pode-se constatar, ainda que intuitivamente, dado a precariedade dos dados, que o turismo baiano poderá vir a mostrar mais ainda, a sua importância como vetor de crescimento e desenvolvimento, através, sobretudo, da geração de emprego, renda, divisas, e melhoria nas condições de vida e infra-

estruturais de localidades pouco desenvolvidas. Nesta retomada recente do turismo baiano, tem sido crucial a participação do Estado, através da adoção de várias diretrizes aqui listadas. Monesprezar o potencial turístico da Bahia, significa abrir mão de "indústria" poderosa, que os países avançados têm sabido explorar intensamente.

5 - CONCLUSÃO

A industrialização dos estados do Centro-Sul a partir dos anos 50, que permitiu aos mesmos não só alcançar um espetacular crescimento e desenvolvimento em suas economias, mas, também, ocuparem posições de destaque no cenário econômico nacional, motivou, de certo modo, as transformações estruturais da economia baiana, iniciada tardiamente, na década de 70. Isto porque, os planejadores federais e estaduais, procuraram inserir a Bahia nos espaços vazios da matriz industrial brasileira, aproveitando algumas vantagens naturais existentes no Estado, no contexto do processo de industrialização brasileira, via substituição de importações.

Observou-se, no corpo desse trabalho, que este objetivo foi atingido, na medida que a Bahia, em seu processo de industrialização, procurou concentrar-se nos ramos insuficientemente consolidados na economia nacional (químico/petroquímico, metalúrgico), aproveitando as suas vantagens comparativas, garantindo assim, parcelas do mercado interno e criando condições para um futuro abastecimento de mercados externos. Neste sentido, confirma-se a estratégia de avançar a industrialização em segmentos ainda não preenchidos na matriz industrial, diferenciando-se a Bahia dos outros estados do Nordeste, os quais basearam o desenvolvimento de suas economias na substituição de importações para os seus próprios mercados internos.



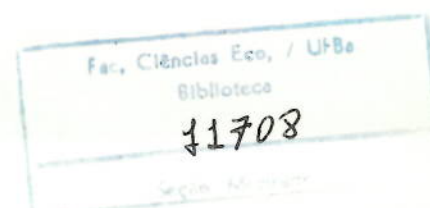
Vale mencionar a presença decisiva do Estado como elemento indutor desse processo de transformação, atuando através de medidas como: subsídios, incentivos fiscais, infra-estrutura, etc. Isso mostra que a participação do Estado numa economia é essencial, quando devidamente planejada. A implantação da indústria de transformação na Bahia, especialmente o segmento químico/petroquímico, responsável maior pela dinamização da economia estadual no período 1970-1990, foi um coroamento dessa estratégia governamental.

Esse importante segmento da indústria, consolidou o objetivo de tornar o Estado da Bahia como um dos principais no cenário econômico brasileiro. Isso pôde ser comprovado, principalmente na primeira metade da década de 80, quando a economia baiana experimentou expressivo crescimento do seu PIB, num período de recessão da economia brasileira, performance essa fortemente influenciada pelo segmento acima mencionado.

Esse crescimento econômico baiano dos anos 80, extremamente vinculado ao comportamento do segmento químico/petroquímico, ao mesmo tempo que beneficiou e diferenciou a economia baiana em termos de expansão econômica, evidenciou a concentração da mesma em poucos setores, deixando claro sua vulnerabilidade ao desempenho químico/petroquímico.

Neste sentido, o cenário que se apresenta para a economia baiana nos anos 90, mostra a preocupação do Estado e da iniciativa privada em estabelecer estratégias que permitam o crescimento continuado da economia nos próximos anos, ensejando que a mesma possa apresentar, senão o mesmo, um desempenho parecido ao verificado na primeira metade dos anos 80. Essa expectativa está apoiada no desempenho que poderão apresentar os novos vetores de expansão, como a agroindústria, celulose e turismo. Como enfatizou (ORNELAS, 1993), "cada um desses vetores de expansão projeta resultados espacialmente distintos, fazendo com que a Bahia experimente um crescimento integrado e articulado de todas as suas regiões, ao mesmo tempo interiorizado e diversificado, criando, assim, bases sólidas para um desenvolvimento auto-sustentado".

O comportamento desses vetores e o êxito efetivo que a Bahia possa obter nessa busca de se diversificar produtivamente, é que poderá, *ceteris paribus* o desempenho econômico do Paraná e Rio Grande do Sul, colocar a Bahia como o 4º estado brasileiro.



REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ALCOFORADO, Fernando. Bases de um novo ciclo de desenvolvimento para a Bahia. **Bahia, Análise & Dados**, Salvador: CEI, v.2, n.1, p. 14-17, jun. 1992.
- ANDRADE, Margarida, CARVALHO J., César V., CHATEAUBRIAND, L. Desempenho da agricultura baiana - 1992. **Bahia, Análise & Dados**, Salvador: CEI, v.2, n. 3, p. 49-56, dez. 1992.
- ANDRADE, Margarida, CARVALHO J., César V., CHATEAUBRIAND, L. Ilhas de prosperidade. **Bahia, Análise & Dados**, Salvador: CEI, v.1, n. 3, p. 18-24, dez. 1991.
- BAHIA, Aida, FIGUEIROA, Edmundo, PONTES, Almeida A. Recessão e greves ameaçam desempenho. **Bahia, Análise & Dados**, Salvador: CEI, v.1, n. 3, p. 40-48, dez. 1991.
- BAHIA. Secretaria da Fazenda. **Comportamento das atividades econômicas e seus reflexos na arrecadação do ICMS**. Salvador: 1990. v. 3
- BAHIA. Secretaria da Fazenda. **O desempenho do setor industrial no Estado da Bahia e seus reflexos na arrecadação do ICM**. Salvador: 1989.
- BATISTA, Celeste P., COSTA, Dora P. **O complexo de celulose do Extremo Sul e seu impacto regional**. Salvador: SIC, nov. 1992.
- BURMAN, Grazia, SANTANA, Marivone. Porto Seguro na dianteira do turismo baiano. **Bahia, Análise & Dados**, Salvador: CEI, v.2, n.3, p. 65-69, dez. 1992.
- CARNEIRO, Roberto A. F. O Oeste Baiano e a dinâmica agroindustrial **Bahia, Análise & Dados**, Salvador: CEI, v. 3, n. 3, p. 48-50, dez. 1993.
- CARTA DO IMIC. Salvador: SIC, v. 7, n. 50, p. 1-8, jul. 1989.
- CARVALHO J., César Vaz. Evolução e diversificação da produção agrícola na Bahia. **Bahia, Análise & Dados**, Salvador: CEI, v. 2, n. 1, p. 29-32, jun. 1992.
- CASTRO, Luciana A. **O papel do Estado no desenvolvimento do turismo em Salvador: A década de 80**. Salvador: 1993. Monografia (FCE/UFBA). Graduação em Economia
- CAZORLA, Irene M., MASCARENHAS, Gilberto C. C.. O cacau na Bahia: histórico, situação atual e perspectivas. **Bahia, Análise & Dados** Salvador: CEI, v. 2, n. 1, p. 53-58, jun. 1992.
- COUTINHO, Carlos M. Lopes. **O comportamento do setor industrial na Bahia: um estudo dos anos 80**. Salvador: UFBA/FCE, 1992.

- DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **A petroquímica na Bahia.** Salvador: SIC/DIC, 1980.
- DIAGNOSTICO e perspectivas da indústria petroquímica. **Carta do IMIC.** Salvador: v. 10, n. 61, p. 1-19, jul. 1992.
- DIAS, Clímaco. Cacau: a busca da competitividade perdida. **Bahia, Análise & Dados,** Salvador: CEI, v. 2, n. 1, p. 49-52, jun. 1992
- ESMAGAMENTO de soja aumenta 25% este ano. **A Tarde,** Salvador, 03 de fevereiro de 1994.
- FIGUEIROA, Edmundo. Indústria baiana de transformação. **Bahia, Análise & Dados,** Salvador: CEI, v. 2, n. 3, p. 16-18, dez. 1992.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS. **A Bahia na década de 90: temas estratégicos.** Salvador, 1990.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS. **A evolução dos setores secundário e terciário da economia baiana na década de 70.** Salvador: 1985.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS. **Reconstrução e integração dinâmica.** Salvador: 1991.
- GOTTSCHALL, Carlota. Novos investimentos. **Bahia, Análise & Dados,** Salvador: CEI, v.1, n. 3, p. 49-51, dez. 1991.
- GUERRA, D. F. **Estrutura de mercado e estratégias empresariais: O desempenho da petroquímica brasileira e suas possibilidades futuras de inserção internacional.** Campinas: UNICAMP, 1991, Tese de doutoramento.
- GUERRA, Oswaldo F. O futuro industrial de Camaçari. **Bahia, Análise & Dados,** Salvador: CEI, v. 2, n. 3, p. 26-36, dez. 1992.
- INFORME CONJUNTURAL. Salvador: CEI, n. 3, mar. 1984, 144p.
- INFORME CONJUNTURAL. Salvador: CEI, v. 5, n. 2/3, mar. 1985.
- INFORME CONJUNTURAL. Salvador: CEI, v. 6, 3, mar. 1986, 77p.
- INFORME CONJUNTURAL. Salvador: CEI, v. 7, n. 5/8, mai-ago. 1987.
- INFORME CONJUNTURAL. Salvador: CEI, v. 8, n. 1/5, jan-mai. 1988.
- INFORME CONJUNTURAL. Salvador: CEI, v. 9, n. 1/6, jan-jun. 1989.
- INFORME INDUSTRIAL. Salvador: SIC, v. 1, n. 10, jan. 1994.
- LIMA, Carmen L. Castro. Agricultura baiana e tendências dos anos 80. **Bahia, Análise & Dados,** Salvador: CEI, v. 2, n. 1, p.33-41, jun. 1992.

- LIMA, Mônica S. **Demanda internacional e dinâmica na indústria petroquímica da Bahia: A década de 80 e perspectivas para os anos 90.** Salvador, 1993. Monografia - (FCE/UFBA) Graduação em Economia.
- LUZI, Luiz. Número de turistas em 13 dias já superou o de janeiro de 1993. **A Tarde**, Salvador: 18/01/94, p. 2, caderno 1.
- MENDONÇA JUNIOR, érico P. Integrando as ações. **Bahia, Análise & Dados**, Salvador: CEI, v.1, n. 3, p. 76-77, dez. 1991.
- MENDONÇA JUNIOR, érico P. Um projeto para o desenvolvimento do turismo na Bahia. **Bahia, Análise & Dados**, Salvador: CEI, v. 2, n. 4, p. 51-55, mar. 1993.
- ORNELAS, Waldeck. Bahia em perspectiva. **A Tarde**, Salvador: 1/2/94.
- POLO petroquímico: A contribuição para o PIB baiano. **Desempenho da Conjuntura**. Salvador: v. 1, n. 1, jun-jul. 1988.
- PIB. Bahia 1975/91: metodologia e séries retrospectivas. Salvador: CEI, 1992.
- QUEIROZ, Lúcia. Ilhéus: O pólo turístico da região do cacau. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: CEI, v. 2, n. 4, p. 27-31, mar. 1993.
- RELATORIO quadrienal - 1979/83. Salvador: SIC, 1983.
- RODRIGUES, Maria C. Prates. O PIB dos estados brasileiros. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro: FGV, dez. 1993.
- ROVETTA, Grazia. O turismo na Bahia. **Bahia, Análise & Dados**, Salvador: CEI, v. 3, n. 3, p. 64-66, dez. 1993.
- ROVETTA, Grazia, SANTANA, Marivone. Turismo Interno - Fonte Segura de Receita. **Bahia, Análise & Dados**, Salvador: CEI, v. 2, n. 4, p. 47-50, mar. 1993.
- SANTANA, Marivone. Novo impulso na Bahia. **Bahia, Análise & Dados**, Salvador: CEI, v. 1, n. 3, p. 73-75, dez. 1991.
- SILVA, Jorge A. S. O desempenho do turismo em Salvador 1981-1992. **Bahia, Análise & Dados**, Salvador: CEI, v. 2, n. 4, p. 56-64, mar. 1993.
- SUAREZ, Marcus Alban. **Petroquímica e tecnoburocracia.** Capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- UM POLO de desenvolvimento: 10 anos do CIA. **Revista Aratu**. Salvador: Ed. especial, 1976.
- VIANA, Luis Filho. **Petroquímica e indústria da Bahia - 1967/1971.** Salvador, 1984.